



JORNAL DE DEBATES

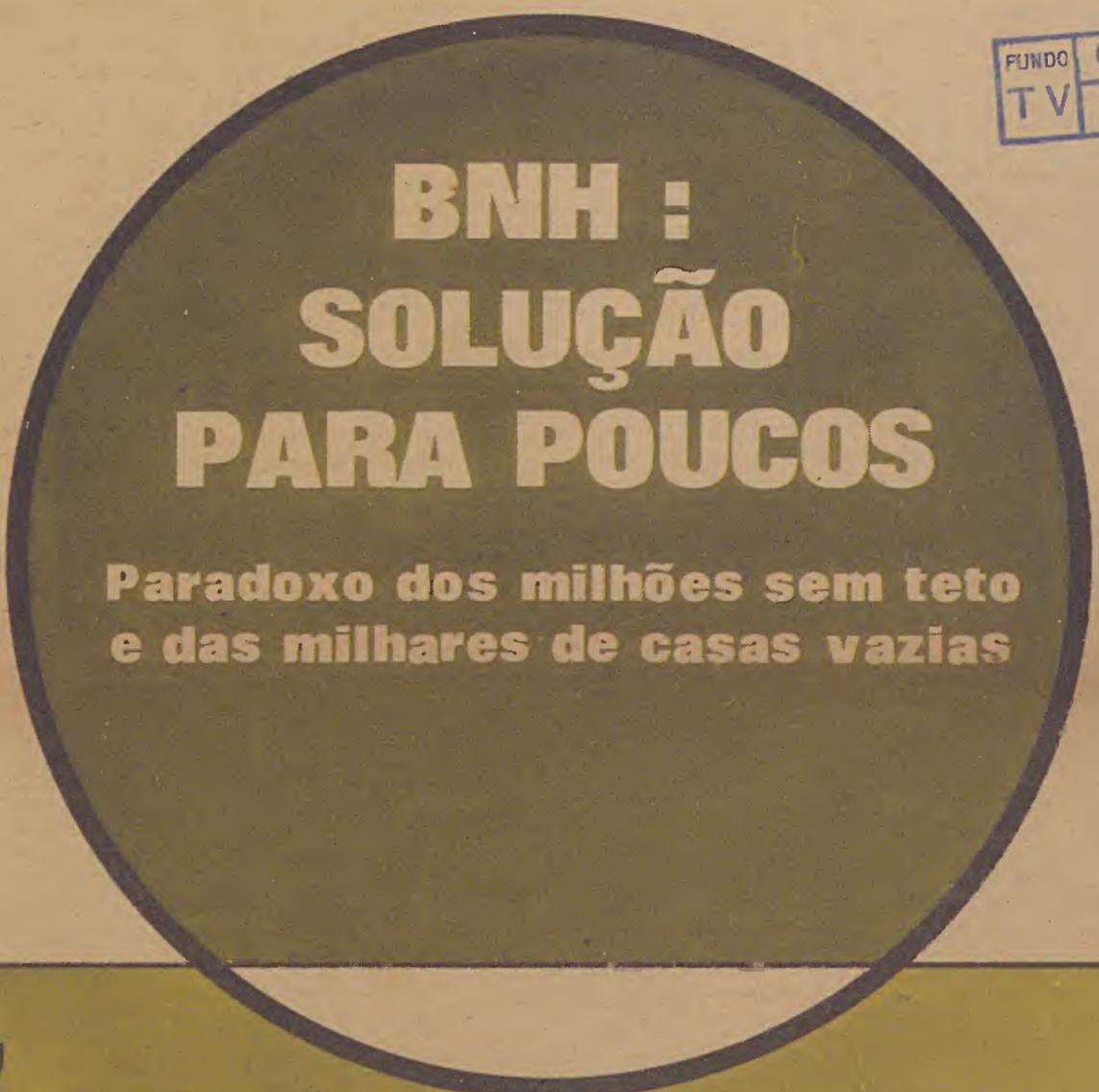
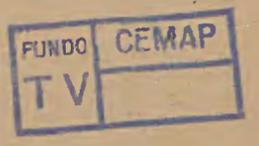
200

RIO - SÃO PAULO

27 DE FEVEREIRO A 7 DE MARÇO DE 1973

ANO XXIII

Nº 3



BNH : SOLUÇÃO PARA POUCOS

**Paradoxo dos milhões sem teto
e das milhares de casas vazias**

Carnaval, uma insurreição popular

Limeira Tejo revela a distorção das estatísticas

Nelson Britto: A máfiada indústria farmacêutica

A agonia do cinema nacional

Nota ao Leitor

Em virtude de não funcionarem as oficinas gráficas durante os feriados carnavalescos, o JORNAL DE DEBATES não circulará na próxima semana, voltando às bancas na quarta-feira, dia 7 de março.



A CONFUSÃO ESTATÍSTICA

Limeira Tejo

Não existem elementos com os quais se possa armar a equação geral do desenvolvimento brasileiro. Isto é, não é possível — com o quadro de informação que temos — interpolar a curva do nosso progresso. Daí a tecnocracia poder inventar fórmulas — como as que o sr. Delfim Neto apresentou numa entrevista a um jornal chileno — para demonstrar a espetacular reação da nossa economia.

Ninguém, por exemplo, pode afirmar com segurança que — entre 1920 e 1960 — verificou-se um grande progresso industrial, valendo-se apenas do fato de haver dobrado o número de estabelecimentos fabris e de terem triplicado os efetivos operários. Também não dimensionará o nosso desenvolvimento manufatureiro quem se baseia, unicamente, nos dados sobre a densidade ocupacional no setor. Ficará, igualmente, no mató sem cachorro quem se basear na série do valor absoluto da produção, pois se arriscará a confundir aumento de preços com crescimento do produto bruto.

De outra parte, são unidades fabris — para efeito da nossa pesquisa estatística — tanto fábricas com mais de mil operários na folha de pagamento, como meras oficinas que não empregam mais de cinco. Segundo o Recenseamento de 1960 — por sinal o mais caótico de quantos já foram realizados no Brasil — 83% dos estabelecimentos industriais, levantados na ocasião, ocupavam em média 2,2 trabalhadores. Sem a ajuda de uma análise sociológica do nosso desenvolvimento fabril, esses dados levarão o analista a qualquer uma das seguintes conclusões:

a) é baixíssimo o nível técnico de operação das nossas fábricas;

b) já alcançamos um alto grau de automação.

Um estatístico, que não seja da raça dos **puros** — ou que não se aproveite da confusão para conclusões cavilosas, ufanistas ou derrotistas — não cairá nesses extremos. Terá sempre em mente o fato de, nos vinte anos a partir de 1940, ter o País vivido num clima de prosperidade à la **diable**. Nesse clima, com

efeito, são tantas e tão variadas as oportunidades individuais de "dar um salto" que o seu aproveitamento finda esfarelando o esforço expansionista de produção.

Esse fenômeno ocorria até em São Paulo, onde já estava assentando a poeira. Aliás, o Censo que revelou a média de 2,2 trabalhadores por fábrica também nos informa sobre um processo de concentração na província bandeirante: 72% da força motriz instalada estavam circunscritos a uma faixa ocupada por apenas 4% do parque fabril.

A utilização pura e simples desses dados, sem indagação da sua historicidade, leva forçosamente a uma análise distorcida do fenômeno, tanto para cima como para baixo — açucarando a pilula ou tornando-a mais amarga. Com base nas mesmas informações, apenas arranjando-as de acordo com critérios diferentes, o negativista concluirá que estamos na fossa — de onde só poderemos sair se o capital estrangeiro nos jogar uma corda, enquanto o Conde de Afonso Celso gritará aos quatro ventos que PNB como o nosso não há.

Nunca se pode saber em que extensão se modifica entre um Recenseamento e outro — principalmente depois que demos para inspirar estatísticas — a composição do parque industrial brasileiro ou o panorama dos setores primários. O sr. Delfim Neto, por exemplo, afirma de mãos e pés juntos que a nossa produção fabril cresce de 15% ao ano. Duvidamos e fazemos pouco, no entanto, que o ministro possa dizer quantos metros de tecidos fabricamos em 1972. Só com relação a uma pequena parte do **output** — a que exportamos — será capaz de nos falar em "jardas quadradas".

Somente com a publicação completa dos dados do último Censo é que saberemos do progresso havido a partir de 1960. Isso, porém, se tiver sido levantado o volume da produção, pois — com relação ao valor — são os preços à solta que dão a imagem. Em termos de cruzeiros, demos um salto — no último decênio — da ordem de 2.000%. Fisicamente, no entanto, o pulo chegou a 100%, no máximo.

Naturalmente, o analista não pode confiar

apenas nos dados — e não porque se possa apontar defeitos nas operações que os levantam, mas porque não são os mesmos os critérios com que se realizam as investigações diretas e os que presidem as indagações entre elas. Perde-se, praticamente, o fio da série fundada nos resultados do Recenseamento. E não é somente a variedade dos ângulos de observação que — nessas espécies de entressafas estatísticas — torna precário e penoso o trabalho do analista. Os grupamentos, desatualizados, são também um nó a desatar. Só muito timidamente, as classes, os desdobramentos e até a nomenclatura vêm sendo revisados para acompanharem a complexização da economia brasileira.

Temos não só de refundir os conceitos de classificação, como também — muito especialmente — criar um **dimensionador** invariável do nosso desenvolvimento, se quisermos deixar de viver às cegas quanto aos problemas do crescimento do País. Isto é, precisamos criar um sistema estatístico adequado ao processo de expansão da economia nacional, ou levaremos o tempo todo a nadar sem sair do lugar, apelando para "planos de intenções".

Nenhuma estratégia pode ser adotada senão com base em uma análise de correlações. E essa análise não pode ser feita — como já está mais do que comprovado — apoiada em informações doidas, que sempre se conflitam ao se cruzarem. E vamos deixar dessa mania de achar que podemos meter tudo dentro de uma fórmula matemática, principalmente quando disso se encarrega um **inventor** que — na maioria dos casos — se vangloria de haver descoberto a pólvora.

Em Economia, diferentemente da Geometria, nem sempre a reta representa a mais curta distância entre dois pontos. O que precisamos descobrir é quando a linha envolvente conduz a resultados que, no longo prazo, a tornam menor do que a envolvida. Para isso, temos de contar com boas estatísticas e, principalmente, com técnicos para os quais a construção não termine com a colocação dos andaimes.

As soluções emocionais do Nordeste

Segundo Celso Furtado, que teve a paciência de medir a produtividade média do Nordeste, desde os tempos coloniais, o mais alto nível alcançado pela produção **per capita** ocorreu nos fins do primeiro século após o descobrimento. Já na segunda centúria, precisamente a partir do término das guerras holandesas — quando apareceram os grandes concorrentes do Brasil no mercado mundial do açúcar — torna-se evidente o declínio da economia da região. E, nos últimos cinquenta anos, apesar de a renda ter aumentado em termos absolutos, os nordestinos continuaram perdendo terreno, relativamente, no conjunto nacional dos resultados do trabalho.

A região vem produzindo mais, colhendo mais por hectare, exportando mais para o Centro-Sul e, no entanto, diminui constantemente a sua renda em relação com a do País inteiro. Nos últimos dez anos, estreitou-se a faixa da proporção nordestina no quadro da produção nacional, baixando a sua participação de 31,6 para 29%. Isso poderá parecer estranho, de vez que os dados indicam que vem aumentando, embora

paulatinamente, o grau de intensidade da economia.

A razão desse deslizamento tem de ser procurada no anacronismo das estruturas sociais. A concentração de capitais, primeiramente nas mãos dos fechados grupos locais — hoje, nos núcleos empresariais do Centro-Sul — criou uma situação de dependência para a economia da região e cuja principal consequência é um processo de empobrecimento da já mais pobre população do País.

O falecido Senador cearense Olavo de Oliveira costumava dizer que o Nordeste é como o otário da anedota: só compra caro e só vende barato. Na verdade, embora venha caindo a contribuição da região para o Produto Interno Bruto, a arrecadação federal na área só tem subido. Assim, a União tem estado a cobrar mais de quem, proporcionalmente, produz menos.

Quando da Grande Seca de 1877, Pedro II declarou que venderia até a última jóia da coroa, mas não deixaria que os nordestinos morressem de fome. Mas o imperador não se desfez de uma só

das gemas do tesouro real e, pelos doze anos seguintes — até a queda da monarquia — a miséria continuou uma constante da região.

Depois da proclamação da República, multiplicaram-se as medidas — sentimentais umas, bem intencionadas outras e inócuas todas — visando a restaurar as posições econômicas do Nordeste e dar dignidade à vida de brasileiros que, hoje, são trinta milhões, com um dos mais baixos padrões de existência do mundo. Só o Haiti, no hemisfério, se encontra no mesmo nível de "incivilização", com uma renda **per capita** que não chega a 100 dólares (ao redor de 600 cruzeiros).

Essa mancha de miséria crônica cobre vasta região de um país que apresenta, em algumas das suas partes, um dos mais altos índices de **riqueza grupal** em todo o planeta. Um trabalhador nordestino terá de trabalhar 133 meses — ou onze anos — para ganhar o que um milionário carioca ou paulista, gasta numa só noite no baile do Teatro Municipal da Guanabara. Há cavalos correndo, no Rio e em São Paulo, que valem mais do que todo

o conjunto das safras de subsistência do Polígono das Secas. E nas suas patas é apostada — cada semana — uma importância maior do que a obtida com a comercialização do algodão colhido nas **lavouras do pobre**.

Naturalmente, não somos tão simplistamente moralistas a ponto de concluirmos que as coisas melhorariam, automaticamente, na sofrida região se os nossos milionários levassem vida mais austera. Se Pedro II tivesse, efetivamente, vendido as suas jóias, o problema não se teria resolvido. Só uma emergência teria sido enfrentada. Mas parece que, apesar de já se ter adotado formulações corretas, ainda não nos libertamos do emocionalismo tão bem caracterizado pela declarada renúncia do segundo monarca brasileiro.

O que temos de fazer no Nordeste não é nos preocuparmos com os miseráveis e, sim, enfrentarmos os desafios que — por falta de resposta — criam os estados de miséria. Realisticamente — inclusive com o risco de parecermos insensíveis — tentaremos, num dos próximos números, estudar o problema em todas as suas dimensões.

A valorização política do cruzeiro

O fato de o sr. Delfim Neto haver valorizado o cruzeiro não trouxe vantagens internas nem externas para o Brasil. Foi uma atitude puramente política porque além de colocar por terra a justificativa do câmbio flexível, o aumento do valor da nossa moeda na verdade não proporcionou maior poder competitivo aos nossos produtos nos mercados internacionais.

A deterioração do dólar colocou a política mercantilista do sr. Delfim Neto em palcos de aranha. E isso a ponto de o ministro da Fazenda, para salvar a face, ter inspirado o *Jornal do Brasil* e o *Globo* no sentido de construírem os seus editoriais em torno de uma presunção ufanista: a de que a valorização do cruzeiro representou um gesto de independência da economia nacional.

É estranho que os dois grandes jornais — que sempre se bateram para que nos mantivéssemos economicamente dependentes dos Estados Unidos — se apresentem, agora, tão patrioteiros. Mas não é essa incoerência que importa no momento e, sim, mostrar que foi apenas política a decisão do sr. Delfim Neto de baixar o preço do dólar.

Já ninguém compreendia que, apesar de exportarmos tanto e de havermos formado reservas bilionárias, continuasse o

cruzeiro se enfraquecendo face ao dólar, que perdia substância no resto do mundo.

Mas a recente queda da moeda norte-americana foi dramática demais e perigaria o prestígio de milagreiro do ministro da Fazenda se o nosso dinheiro prosseguisse flexionando para baixo. Mas que foi gratuito, mesmo contraproducente, o movimento altista, não é difícil provar.

Naturalmente, estamos chegando a essa conclusão levando em conta, apenas, os esquemas exportadores do sr. Delfim Neto. Este, realmente, não podia valorizar o cruzeiro, da mesma forma que — até ontem — não pôde deixar de desvalorizá-lo mensalmente. Dentro dos quadros da política mercantilista do ministro da Fazenda, a nossa moeda é — tão-somente — um meio de ajustar os crescentes custos da produção aos preços internacionais.

Sendo assim, o importante para uma

produção de **gravosos** — como é a nossa — é que sempre mais cruzeiros sejam recebidos por um dólar de exportação. E essa necessidade de compensação não deixou de existir só pelo fato de o dinheiro de Tio Sam haver sofrido uma recaída espetacular. A menos a sua pr. Delfim Neto prove que, com a sua penada, fez baixar imediatamente os nossos custos de produção, a valorização da nossa moeda não passou de um traço feito náguia. Pior do que isso: obrigará o governo a inventar novas formas de subsídio.

Quem exporta 100 dólares de uma mercadoria produzida por 600 cruzeiros terá prejuízo ao receber 5,95 por unidade da moeda norte-americana. De outra parte, as reservas moles que acumulamos — créditos em países que só nos podem pagar com bens que fabricamos aqui — perderam 10% do seu poder de compra.

Quanto aos empréstimos externos — pelo menos os contraídos na Alemanha e no Japão — sofrerão correção monetária automática na mesma proporção com que se elevaram o marco e o ien. Além disso, como muitas dessas operações têm a garantia da "cláusula ouro", avalie-se — tendo em conta o fato de haver quase duplicado o preço do metal amarelo — os es-

touros que vão ocorrer no balanço de pagamentos, já deficitário a estas horas.

Apesar de ser um homem inteligente, com bastante habilidade intelectual para passar gato por lebre, o sr. Delfim Neto não conseguiu convencer-nos das vanta-

gens que advirão do fato de haver valorizado o cruzeiro. Já vimos que, internamente, a sua decisão põe por terra a justificativa do câmbio flexível. Externamente, por outro lado, não vemos como pode garantir que — aumentando o valor da nossa moeda — proporciona maior poder competitivo aos nossos produtos nos mercados internacionais. Quando um país quer dar mais capacidade de concorrência às suas exportações, faz justamente o contrário: barateia o seu dinheiro.

Não estamos tendo o prazer dos que riem por último, lembrando quanto advertimos a respeito do perigo de se colocar o problema do desenvolvimento do País em termos de exportar ou morrer.

Mas não embarcamos na canoa do sr. Delfim Neto que, em lugar de anunciar medidas visando a reformulação drástica de uma política que nos meteu num beco sem saída, se põe a tapar o sol com uma peneira.

Juros a muque

Folcloricamente, pelo menos, banqueiro não é flor que se cheire. Já nos tempos bíblicos, era um elemento suspeito, apesar de — em todas as épocas — não se poder prescindir dos seus serviços. Quando Jesus expulsou os vendilhões do templo, agiu com injustiça, pois nada vendiam. Apenas trocavam, cobrando ágio, as diversas moedas dos peregrinos pela que tinha curso no altar das oferendas. Se havia alguém que deveria ser chibateado era o sacerdote fariseu, que media a promessa de bem-aventurança pelo dinheiro doado.

Dinheiro, aliás, é uma mercadoria que — como as imagens de santo no Nordeste — não pode ser vendida, mas apenas trocada. Pode, também, ser alugada — e é para isso que se presta mais — chamando-se de ágio o seu aluguel e de agiota, hoje uma palavra de significação pejorativa, o homem que empresta a outrem.

O protótipo do moderno banqueiro surgiu na pré-ocidental Veneza, em conluio com o mercador que tinha trânsito no Mediterrâneo fechado pelos árabes. O seu poder não era de origem divina ou natural, mas era tamanho que — diante dele — curvavam-se reis, príncipes e até povos inteiros. É com o capitalismo, no entanto, que as relações econômicas passaram a processar-se, completa e definitivamente, à base da moeda. E esta foi deixando de ser o vil metal da condenação religiosa.

O que era um simples meio de troca tornou-se um fator da produção, ou capital. Daí em diante, o valor da moeda iria deixando de ser calculado em função do peso específico e da nobreza do metal em que era cunhada. Aliás, segundo Simmel, o estabelecimento da economia monetária

O rebaixamento coercitivo das taxas dos juros nada mais faz do que desviar o dinheiro — apertado nos bancos — para as áreas de maior compensação. Apesar de elevadíssimos, os nossos ágios bancários ainda são menos escorchantes do que os do crédito direto ao consumidor, que duplicam o capital num pequeno prazo.

produziu efeitos muito mais profundos do que supõem os historiadores, de vez "que desenvolveu a nossa capacidade para o pensamento". Marx ainda poderia dizer, sem cair no simplismo, que o capitalismo resultou da troca de posição dos termos de uma fórmula: a relação mercadoria-dinheiro-mercadoria se modificou para dinheiro-mercadoria-dinheiro.

Se o filósofo do materialismo histórico tivesse vivido até os nossos dias, colocaria a sua fórmula em outros termos: investimento-lucro-reinvestimento. Teria verificado, também, que a mais-valia não era tanto um instrumento de espoliação do trabalhador, em virtude do processo de concentração da riqueza, mas uma "técnica" de capitalização. (O "roubo" dos donos dos meios de produção, durante a Revolução Industrial — fenômeno observado diretamente por Marx — alcançou, segundo cálculos atuais, a 15% do produto do trabalho. Já os três primeiros planos quinquenais soviéticos transferiram para o Estado 60% dos resultados do esforço de todo o povo. Quanto aos aspectos ético-sociais das duas formas de capitalizar, não vem ao caso discutir agora, pois estamos abordando o assunto de um ângulo estritamente econômico).

O que queríamos dizer, antes desse

rodeio, era que — em razão de serem outras as premissas — não existe mais aquele banqueiro de coloração folclórica. O que há, agora, é o banco: uma entidade que se comporta de acordo com as reações do organismo econômico e segundo regras muito pouco flexíveis. O velho agiota podia aumentar ou diminuir, à vontade, a sua taxa de juros. Até podia abrir mão dos mesmos, se o cliente descobrisse qual era o seu olho de vidro. Mas o seu moderno correspondente não se pode dar ao luxo de ter caprichos. É um prisioneiro do Regulamento.

Atualmente, o banqueiro é apenas pouco mais do que um funcionário graduado do banco, sendo muito pequena a margem de que dispõe para tomar decisões à revelia das disposições das autoridades financeiras. E é somente no uso da sua diminuta capacidade de "prestar favor a um amigo" que ele reincarna, muito desbotadamente, a figura folclórica de um herói negativo. (Repara-se que, embora fazendo o seu negócio — com avais e garantias de todo tipo — não solta ele um "papagaio" antes de, manhosamente, convencer o cliente de que está recebendo um obséquio).

A verdade, porém, é que — numa hora

em que se tem por "legítimos" apenas os títulos comerciais — não deixa de ser mesmo um favor a transação bancária para fins pessoais. O dinheiro se tornou importante demais, como fator de desenvolvimento, que não pode andar circulando por aí em papéis sem finalidade econômica. Por isso, também, os problemas creditícios têm de ser enfrentados fenomenologicamente e não como se nascessem e morressem no banco.

No Brasil, o banco ainda não é — como seria de desejar — uma instituição de serviço público. Muitas das suas mazelas semicapitalistas resistem à própria necessidade que tem o estabelecimento de se modernizar não só operacionalmente como na direção do esforço que faz o sistema de produção para transformar-se. Isso, no entanto, não pode ser conseguido apenas por meio de cauteladas desideratas por decretos, portarias e instruções.

Em janeiro, os juros foram rebaixados coercitivamente, mais uma vez. Os nossos ágios bancários são, certamente, elevadíssimos. Basta compará-los com os que são cobrados nos países capitalistas. Mas não são tão escorchantes assim, se nos lembrarmos de que os do crédito direto ao consumidor duplicam o capital num pequeno prazo. Por lógica decorrência, o dinheiro — apertado nos bancos pelo sr. Delfim Neto — foge para as áreas de maior compensação. O ministro da Fazenda, assim, não faz mais do que desenhar traços náguia.

Não estamos defendendo os bancos, que sabemos cheios de grandes defeitos, não sendo poucos os que agem até criminosamente. A nossa preocupação é com o dinheiro, que tem de ser barateado. E não há outra maneira de fazê-lo senão por meio de uma política de redução dos custos de produção.

Para fazer baixar realmente as taxas de juros — e não apenas comprimi-las — o sr. Delfim Neto terá de dar muitas voltas. E nenhuma delas começa no banco.

uando a chamada grande imprensa noticiou, com estardalhaço, o primeiro encontro dos irmãos Vilas-Boas com os até então misteriosos Krain-a-Karore omitiu, talvez propositalmente, o lado mais importante da questão: naquele momento começava o triste fim de uma até então saudável, livre e feliz tribo.

Essa previsão não é feita ao acaso. Ela se baseia em fatos do passado, do que aconteceu com as tribos já pacificadas e que recebem assistência dos brancos ditos civilizados. Veja-se o exemplo dos Xavantes e muitos outros grupamentos indígenas, outrora poderosos, que hoje estão reduzidos a um pequeno número, doentes, humilhados e despojados de sua cultura.

A história, certamente, se repetirá, a continuar a atual política indigenista da Funai, agora chamada de integração. Quem bem definiu o crime que se está cometendo contra os índios brasileiros foi a professora paulista Carmem Junqueira, antropóloga da PUC, que manifestou:

— Essa política já foi chamada de indigenismo, aculturação e agora se chama integração. Ela se apresenta camuflada por todos esses nomes, mas o certo é que o Brasil se vale da experiência do Parque Xingu para dizer que trata o índio muito bem o que, na realidade, não acontece.

POSSE DA TERRA

Ao índio deveria ser assegurada a posse da terra em que vive — é a opinião de todos que convivem com o problema e procuram uma verdadeira solução para a questão indigenista brasileira. Mas assim não pensa a Funai, na sua fúria propagandística para tentar fazer crer que está trabalhando para o bem do índio — quando na verdade nada mais faz do que acelerar o seu fim.

— Sem a certeza da posse da terra, a pacificação pode ser entendida como o início de desorganização biológica e do

“E quantos de nós, por força de miseráveis e desgraçadas circunstâncias, os estamos traindo naquele exato momento do aperto de mão, do abraço, do sorrir, do gesto, enfim, de afeição. Desgraçados que somos, é a verdade”.

(Orlando Vilas-Boas, sobre o primeiro encontro de um civilizado com índios primitivos).



cial. Isso é dito, entremeadado de palavras amenas por motivos óbvios, por um dos mais respeitados funcionários da própria Funai, o sertanista Orlando Vilas-Boas, numa entrevista:

— Enquanto a Funai acha que a integração rápida do índio à sociedade nacional é a melhor solução para o próprio índio, continuo defendendo a tese de que o índio deve ser mantido em seu habitat, longe dos vícios dessa mesma civilização, que o contamina, vilipendia, deturpa, enfim, destrói tudo que ele tem de mais significativo, a partir de sua cultura. A história, testemunha cega e severa, tem demonstrado quem é que está com a razão.

Orlando falou com a autoridade de muitos anos de serviços prestados ao indígena brasileiro. Com os irmãos Vilas-Boas, é difícil mexer. Mas outros sertanistas, tão dedicados e entendidos do problema quanto eles, mas com menos prestígio, foram afastados nos últimos tempos da Funai pelos mesmos motivos: sua experiência levou-os a condenar a política oficial indigenista, que só está tornando mais rápida a desagregação da raça.

O sorriso dos Krain-a-Karone, no seu primeiro encontro com os civilizados, não deverá continuar por muito tempo. Logo eles sentirão o erro de se deixarem envolver por falsas promessas de paz e amizade.

OS KRAIN-A-KARORE perto do fim

processo cultural, o que poderá levá-los ao desaparecimento — disse recentemente o indigenista e historiador Carlos de Araújo Moreira Neto. Mas assim não pensam os homens de gabinete da Funai, comodamente instalados em salas refrigeradas.

A opinião de Moreira Neto é compartilhada pelo antropólogo Paulo Marcos Pires de Amorim. Para ele, pelo menos os territórios dos índios devem ser delimitados e preservados da invasão do homem branco. A Funai, no entanto, já tem seus planos para os Krain-a-Karore: tirá-los do seu habitat, transferindo-os para outras terras onde já vivem outros

grupos tribais acossados por brancos inescrupulosos.

LONGE DOS VÍCIOS

— Por que eles vêm para cá, se nós nunca fomos lá mexer nas terras deles?

Essa frase ingênua, dita por um índio do Xingu, revela toda a filosofia de uma civilização pacífica, que só pede o direito de viver sem ser incomodada.

Esse direito está sendo negado aos índios brasileiros, agora oficialmente. Se antes os índios eram violentados por grupos esparsos que se aproveitavam da omissão oficial, agora eles são espoliados dos seus direitos através da política ofi-



NOEL NUTELS, o homem e o sábio

No mesmo instante em que no extremo Oeste de Mato Grosso os irmãos Vilas-Boas estabeleciam os primeiros contatos com os índios da tribo Krain-a-Karore, no Rio de Janeiro morria Noel Nutels. O que há de comum entre estas duas notícias? O ponto final de uma grande aventura: a salvação das populações índias e a preservação de sua cultura.

obre os Vilas-Boas insistem os rumores de sua próxima aposentadoria. Sobre Noel Nutels, a impressão é de que seu desaparecimento significa o desaparecimento dos humanistas. Até agora há poucos indícios de que estes homens serão substituídos em sua tarefa de defender o índio contra a invasão da cultura branca, ainda mais quando a Funai, que deveria se encarregar desta tarefa, não tem merecido muita confiança, nem mesmo de figuras iminentes de nossa própria civilização, como é o caso do Bispo de Goiás e membro do Conselho Indigenista Missionário, D. Tomás Balduino, que recentemente caracterizou o órgão como “defensor de interesses estranhos aos dos índios”.

A Igreja, ao contrário do que pensava Noel Nutels, é que atualmente está se destacando nesse trabalho de proteção ao autóctone. Como tantos outros indianistas, Noel se declarou abertamente contra a ação “catequizadora” dos missionários

religiosos por seu caráter violentador da cultura indígena e pela falta de objetividade dos contatos, contribuindo para espalhar doenças. Em um relatório ao extinto Serviço de Proteção ao Índio — SPI — Noel narra:

“Meruri”, localidade situada no médio rio das Garças, em Mato Grosso, é um pacato centro de catequese salesiana. Ali, com o fito de ganhar almas Bororo, aportou certo dia um bom fradinho europeu. Neste dia, também os índios travaram relações com raças virulentas de bacilos de Koch. E uma tribo de 6 mil pessoas foi dizimada. Restam dela apenas algumas centenas de índios tristes que odeiam a nossa civilização”.

A ironia e a amargura do relato de Noel Nutels às autoridades da época é perfeitamente justificada, já que a cultura branca avançava violentamente sobre os territórios índios de maneira predatória, e aqueles que percebiam suas conseqüências só faziam lamentar. Mas, Noel, na sua vontade de agir, embora não se omitisse

ante as dificuldades da empresa, várias vezes, em seus relatórios ao SPI, demonstrava sua angústia:

“E nós, passivamente, continuamos a contemplar o melancólico extermínio de populações, de povos que tanta falta fazem ao nosso território de tão pouca densidade demográfica”.

O trabalho dos missionários religiosos brasileiros agora, entretanto, se identifica com o trabalho de Noel Nutels e dos irmãos Vilas-Boas na medida em que há de comum a consciência de que a pura e simples integração dos índios à nossa sociedade vai torná-los marginais. Noel colocou o problema de maneira bastante lúcida:

“O índio integrado é um índio trazido de uma sociedade onde ocupa o primeiro lugar, para ocupar o último na nossa. Integrá-lo é torná-lo no mais miserável dos caboclos”.

Para a Igreja, especificamente o Conselho Indigenista Missionário, a identificação da análise é total: “Com a implanta-

ção de frentes pioneiras e a abertura de novas estradas na Amazônia, o índio vai se transformando, virtualmente, num pobre diabo, num marginal que vai ter que acabar pedindo esmolas em sua própria casa para poder sobreviver”.

Alguns antropólogos, no entanto, observavam uma certa ingenuidade nas colocações de Noel Nutels. Esta ingenuidade significava, conforme diziam, mais uma pureza de intenções do que falta de informações, e era notada em relação a este problema da aproximação dos índios com os brancos. Noel dizia:

— Creio que partindo deste homem (o índio), com os recursos de que dispomos hoje, chegaremos à ocupação real, econômica e política, dos territórios despovoados. Criaremos assim novos mercados de produção e consumo.

Para os antropólogos, integrar o índio no sistema econômico em que vivemos seria para ele um suicídio, e cairia exata-

mente naquela "maldição" de torná-lo "mais miserável dos caboclos". O índio seria um consumidor de produtos impressionáveis para os mercados brancos. E hoje já se tem exemplos disto — mercadores que vendem bebidas alcoólicas, armas e bugangas aos índios.

A Igreja busca o índio como um indivíduo criado por Deus e por isto "um irmão"; os irmãos Vilas-Boas penetram no sertão para evitar que o contato com os brancos, que inevitavelmente virão, seja trágico; Noel Nutels, como um humanista, se interessava pelo índio porque era, antes de tudo, um ser humano que merece respeito, mas também via nas populações indígenas a alternativa para a ocupação dos vastos territórios de baixa densidade demográfica. Para ele o índio é o brasileiro por excelência a quem se deveria entregar as terras do sertão. Em um outro relatório ao SPI, Noel Nutels mostrava seu espanto:

— Vinte mil quilômetros quadrados de nosso território ocupados pelo estrangeiro!

Essa conclusão — esse espanto — chegou com base em um trabalho de Néelson Werneck Sodré, Oeste, que Noel cita às autoridades, onde estão discriminados os quilômetros do território do Estado de Mato Grosso ocupados por empresas estrangeiras. E Noel, no mesmo relatório, diz:

"Dessa terra, o verdadeiro dono, índio, foi escurraçado a bala e a doença. E se remanescentes dos primitivos donos ali se encontram, são, ao lado do nosso caboclo, explorados como escravos. O que é próprio de uma economia estruturada em latifúndios".

Segundo os amigos mais íntimos de Noel Nutels, sua grande qualidade foi de não ter sido somente um cientista, um médico. Noel transcendeu a qualquer especificação profissional; foi tudo, fez de tudo sempre com inegável brilhantismo.

Ele que conseguiu conquistar a admiração de intelectuais, cientistas, políticos, nobres, com a mesma facilidade conversava com o caboclo do mato, o índio, o homem da rua.

O pintor Augusto Rodrigues conta quem foi Noel Nutels:

— Conheci Noel há cerca de 40 anos morando em uma pensão de estudantes em Recife. O compositor Capiba e os irmãos Suassuna também eram hóspedes desta pensão, e eu e Fernando Lobo eramos freqüentadores assíduos, sempre à procura de um bom papo. Noel é quem animava as conversas com seu bom humor e seu grande anedotário que mais tarde foi enriquecido com a série de quadrinhas de mictório que recolheu em Recife e em cidades do interior, e em qualquer oportunidade, propícia ou não, soltava uma dessas quadrinhas.

Na verdade ele conhecia muita literatura de cordel, mas sabia muito mais porque tinha curiosidade em aprender

não só o que se conhece como arte popular mas tudo quanto era expressão do povo. E foi isto que facilitou muito a comunicação com todos.

Quando jovem participou de movimentos estudantis de reivindicação política, e também participou do gosto pela música do povo pernambucano. Como participante da vida política e artística da época, Noel organizou em Recife as famosas Festas da Primavera para levantar recursos para os estudantes pobres. Foi daí que surgiu a Jazz Band Acadêmica. Este grupo viajou todo o Brasil difundindo a música nordestina, e nem sei por que se chamava Jazz Band.

Formado em Medicina, Noel ganhou nova dimensão. Sempre foi um homem preocupado com os problemas sociais. Daí sua luta pela defesa da cultura do índio. Formou as unidades sanitárias aéreas para ir em defesa do homem brasileiro quando longe do litoral.

Não seria possível conhecer Noel sem um diálogo vivo e rico e cheio de ensinamentos. Se tivesse escrito o que disse e o que fez na sua vida, teríamos certamente um grande livro, um livro de um sábio conhecedor da vida brasileira. Então, não apenas aqueles que tiveram a felicidade de conviver com ele teriam a visão de sua grande dimensão humana, mas todos po-



deriam saber quem foi Noel Nutels.

Às vezes a própria imagem de Noel é difícil de tornar clara, nítida. Sobretudo porque foi um antiacadêmico que acreditava na relação direta entre os seres humanos. Não creio que Noel tenha se preocupado com dificuldades para chegar aos seus objetivos, mas sua grande preocupação era fazer coisas. Um dos Vilas-Boas dizia que é óbvio o que se pode fazer pelos índios e não compreendia porque tanta complicação. Noel não se preocupou com isto, Noel fazia, indiferente ao reconhecimento, sem vaidades. Fazia porque seu trabalho era a razão de ser de sua existência.

Ao contrário do que se diz, Noel não era nem podia ser contra a Antropologia, nem contra coisa nenhuma, mas sim contra aqueles que por interesse ou por deformação científica dificultam o processo de solução para os problemas, que ele considerava fundamental para uma consciência de respeito ao homem.

Noel, como todo mundo, sabia que o tempo de semear, mas jamais o encontrei desesperançado ou omissivo. E talvez tenha sofrido por ter consciência da impossibilidade de fazer tudo que era necessário fazer, como homem de ciência, sabendo que só através da comunhão e da fidelidade a princípios se pode chegar a uma sociedade digna onde não haja exploração nem injustiça.

Hotéis Comodoro

Supremos na arte de hospedar

São Paulo:

Av. Duque de Caxias, 525 — Tel. 220.1211.
136 apartamentos. Todos de frente. Geladeira. TV. "Convention Hall". Três bares. Restaurante. Copa 24 horas por dia.

Santos:

Praia do Gonzaga. Rua Jorge Tibiriçá, 44 — Tel. 4.0785.
Apartamentos para temporada e fins de semana. Todos de frente. Restaurante, geladeira e TV.



Nossa educação não saiu da era das cavernas

A prática educativa, ontem como hoje, esbarra num equívoco gnosiológico, ou, por outras palavras, num equívoco referente ao processo de conhecimento e aprendizagem. Recusando, na maioria das vezes, a descoberta, produção e crítica do conhecimento em bases dialógicas, ela se define pela verticalidade de caráter e de imposições. Cai naquilo a que se designa de educação bancária. Sim, porque, em regra, o "professor" se limita a efetuar depósitos de "conhecimentos" junto aos "alunos", exigindo-lhes, para fins de aprovação, essas e aquelas respostas retiradas à época de prova ou exame como se fora um cheque ao portador.

Tal concepção educacional, quer queiramos quer não, parte do pressuposto implícito da estaticidade e da não-perfectibilidade do conhecimento e do mundo. Ela não se orienta por um sentido de autocorreção do conhecimento, princípio essencial à ciência conforme o entendimento de Álvaro Vieira Pinto em *Ciência e Existência* (Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969). Tem-se, pois, por auto-suficiente, matriz sobre a qual repousa todo o sistema educacional do magister dixit (o mestre "falou e disse") o qual, a bem da verdade, representa uma era que já era...

A "AD-MIRAÇÃO" DO MUNDO

Ora, quem se disponha, por exemplo, a extrair consequências de ordem pedagógica da famosa "alegoria da caverna" (v. Platão, *A República*, Hemus, São Paulo, livro sétimo) se dará conta justamente de quanto o conhecimento, qualquer que seja o seu estágio evolutivo entre nós, apresenta de absolutamente relativo. Sem entrarmos no mérito dos valores idealistas que a informam, a "idéia do bem", tida e

havia na concepção socrático-platônica como o mais sublime dos conhecimentos, implica necessariamente nossa capacidade de "ad-miração". Ou melhor, valendo-nos de Paulo Freire ao abordar o assunto em *Extensão ou Comunicação?* (Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1971):

— A posição normal do homem no mundo, como um ser da ação e da reflexão, é a de "ad-mirador" do mundo. Como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de "afastar-se" do mundo (romper com as ilusões que o cercam na caverna, ou seja, no mundo visível) para ficar nele e com ele. Somente o homem é capaz de realizar esta operação, de que resulta sua inserção crítica na realidade. "Ad-mirar" a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação e reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as interrelações verdadeiras dos fatos percebidos (extrapolação nossa) (1).

Infelizmente, todavia, a "educação" — considerada como superestrutura social, sujeita, por consequência, a interesses de classe — se presta com frequência a sufocar e esterilizar no homem a sua capacidade de "ad-miração", aprisionando-o, na linguagem de Platão, mais ao terreno da "opinião" do que conduzindo-o à obra de libertação do conhecimento, ou à "paidéia". Com efeito, a postura marcadamente academicista, ou tecnicista e profissionalizante da "educação" — esta até certo ponto necessária, porém, não suficiente — equivale a preparar pessoas não para o ser, mas em especial para o ter.

Alheia, em geral, a perspectivas humanistas, deixa, além disso, de favorecer a **criticização da consciência e a prática da liber-**

tação, mantendo-a mais ou menos vinculada a elementos ingênuos, os quais podem descambar aos estados do fanatismo e irracionalismo (v. Paulo Freire, *Educação como Prática da Liberdade*, Paz e Terra, 3a. e., Rio de Janeiro, 1971).

A CONSCIENTIA ALIENADA

Isto vem a gerar o fenômeno conhecido por **alienação da consciência**. "O homem alienado", acentua Álvaro Vieira Pinto, "toma da cultura os bens, as idéias que armazena no espírito, mas é incapaz de produzir com elas qualquer coisa de original, ou seja, de criar a cultura emergente, autêntica, com o auxílio do que absorveu."

Consciência alienada porque ainda agarrada aos pensamentos dominantes no "interior da caverna", comportando-se à semelhança de um mandatário das "sombras". E, em vez de colaborar no abrir-lhe os olhos à "luz do sol" e afastá-lo do círculo estreito ao qual se confina, a prática educacional contemporânea contribui, sob vários aspectos, à sua permanência. Longe de guiar-se pelos princípios da maiêutica socrática, os quais ganham nova significação a partir da "maiêutica das massas" proposta por Paulo Freire, ela — a educação do ontem e do hoje — bloqueia, por causa da sua verticalidade de natureza estrutural e dos interesses econômico-sociais em jogo, a busca desinteressada do conhecimento do homem mesmo e do mundo e a ação do homem como agente interferidor na realidade. Reduz quase sempre o "aluno" a mero objeto do ato educativo. Trabalha para e sobre ele. Raramente com ele, como o recomendaria a educação numa sociedade voltada para o ser e o bem comum (2).

Assim, ela, no mais das vezes, não se

horizontaliza. Não se comunica. Faz comunicados. Não sugere. Impõe. Impe-meabilizando-se ao diálogo, veste a camisa-de-força do anti-diálogo. Da distorção da educação nasce a educatura, misto de educação e ditadura... E o conhecimento, além das aparências e das ilusões, não surge senão dentro de um processo de relações dialógicas (3).

(1) Nossa preocupação se concentra, aqui, no geral. Descendo a um campo específico — o do ensino religioso — resta saber, por exemplo, até que ponto certas correntes espiritualistas e humanitárias se fixam demasiadamente na "miração" do mundo, pondo de lado o "ad" (prefixo latino indicativo de aproximação, movimento para), negando-se, portanto, a enfrentar diretamente os desafios políticos e sociais de determinado tempo e lugar. Daí afirmar-se que para esse tipo de gente a verdadeira vida freqüentemente se resume à do além, e com isto seus pés flutuam no aquém.

(2) A falta de dialogicidade, no caso, não corresponde apenas aos desvios de conduta do homem. Ela se liga, fundamentalmente, à estrutura mesma da sociedade de classes, pois quem está por cima no sistema de estratificação social tende a ditar normas aos que estão por baixo. Por isso Paulo Freire propõe uma **Pedagogia del Oprimido** (Siglo Veintiuno Argentina Editores, 5a. ed., Buenos Aires, 1972).

(3) Concluído este artigo lemos na **Folha de São Paulo** declarações da prof. Ester de Figueiredo Ferraz, secretária da Educação do Estado de São Paulo. De sua boca saíram tais palavras: "Reforma se faz de cima para baixo e não como antigamente, de baixo para cima". Sem comentários!

A Pedagogia do Oprimido vista por Paulo Freire

Autor de um método de alfabetização de adultos que conduz, em primeiro plano, à conscientização política e social, inspirado por uma visão dialética e humanista do mundo, Paulo Freire, atualmente em Genebra, na Suíça, onde exerce o cargo de Secretário do Conselho Mundial das Igrejas, lançou um livro, ainda inédito no Brasil, que já conta com cinco edições em fala espanhola: a **"Pedagogia del Oprimido"**, prefaciado por Ernani Maria Fiori e lançado pela Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A.

Entre os assuntos dos quais se ocupa Paulo Freire em seu livro, destacam-se "a contradição opressores-oprimidos, sua superação", o "homem como ser inconcluso e consciente de sua inconclusão e seu permanente movimento atrás da busca do ser mais", "a investigação dos temas geradores e sua metodologia", a "teoria da ação antidialógica e suas características" e outros.

Neste resumo da obra do educador brasileiro, limitamo-nos a passar para o português as **Primeiras Palavras**. Diz Paulo Freire:

"As páginas que surgem em continuação e que propomos como uma introdução à **Pedagogia do Oprimido** são os resultados de nossas observações nestes três

anos de exílio (atualmente 7 anos).

Observações que se unem às que fizemos no Brasil, nos vários setores em que tivemos a oportunidade de desenvolver atividades educativas. Um dos aspectos surpreendidos, seja nos cursos de capacitação que realizamos, e nos quais analisamos o papel da conscientização, seja na aplicação mesma de uma educação liberadora, é o do "medo à liberdade", ao qual faremos referência no primeiro capítulo deste ensaio. Não são poucas as vezes em que, numa atitude com a qual manifestam seu "medo à liberdade", os participantes destes cursos se referem ao que denominam o "perigo da conscientização". "A consciência crítica", assinalam, "é anárquica". Ao que outros completam: "Não poderá a consciência crítica conduzir à desordem?" De outro lado, existem aqueles que afirmam: "Por que negá-lo? Eu temia a liberdade. Já não a temo?"

Em uma oportunidade em que participava um homem que fora trabalhador durante largo tempo, se estabeleceu uma dessas discussões na qual se dizia do "perigo da consciência crítica". Quando a discussão atingiu o auge, esse homem observou: "Talvez seja eu, entre os senho-

res, o único de origem obreira. Não posso dizer que entendi tudo o que se falou aqui, porém há uma coisa que posso afirmar: cheguei a este curso como um ser ingênuo e, descobrindo-me como tal, comecei a tornar-me crítico. Sem embargo, essa descoberta não me fez fanático nem me dá tampouco a sensação de desmoronamento". Nessa oportunidade se discutia sobre a possibilidade de que uma situação de injustiça existencial, concreta, pudesse conduzir aos homens conscientizados por ela a um "fanatismo destrutivo", ou a uma sensação de desmoronamento total do mundo em que os participantes se encontravam.

A dúvida, assim definida, leva implícita uma afirmação que nem sempre explicita quem teme a liberdade: "É melhor que a situação concreta de injustiça não se transforme em um "percebido" claro na consciência daqueles que a sofrem." Sem embargo, a verdade é que não é a conscientização que pode conduzir o povo a "fanatismos destrutivos". Pelo contrário, esta, ao possibilitar a inserção dos homens no processo histórico, como sujeitos, evita os fanatismos e os lança à busca de sua afirmação. "Se a tomada de consciência abre caminho à expressão das

insatisfações sociais, isto se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão", conforme esclarece Francisco Weffort. O medo à liberdade, do qual, necessariamente, não tem consciência quem o padece, o leva a ver o que não existe. No fundo quem teme a liberdade se refugia na "segurança vital", para usar a expressão de Hegel, preferindo-a à "liberdade arriscada".

São poucos, contudo, os que manifestam expressamente este receio da liberdade. Sua tendência é camuflá-lo em um jogo manhoso ainda que às vezes inconsciente. Um jogo enganoso de palavras no qual aparece ou pretende aparecer como quem defende a liberdade e não como quem a teme. Suas dúvidas e preocupações adquirem, assim, um ar de profunda seriedade. Seriedade de quem seria zeloso da liberdade. Liberdade que se confunde com manutenção do *statu quo*. Daí que, se a conscientização implica pôr em juízo o *statu quo*, ameaça então a liberdade. As afirmações sustentadas ao longo deste ensaio, despidas de todo caráter dogmático, não são fruto de meros devaneios intelectuais nem o só resultado de leituras, por interessantes que estas fossem. Nossas afirmações se sustentam sempre sobre situações concretas. Expressam as reações de proletários urbanos, camponeses e homens de classe média aos quais vimos observando, direta ou indiretamente, no curso de nosso trabalho educativo. Nossa intenção é a de continuar com ditas observações a fim de ratificar ou retificar, em estudos posteriores, pontos analisados neste ensaio introdutório".

[1ª- de uma série]

Mafiosos da indústria farmacêutica americana ameaçam saúde mundial

Nelson Britto



Sempre que colocados à margem de controles oficiais, em Estados soberanos, os trustes e monopólios industriais têm-se constituído em gigantes na prática da usura e da avaria contra os interesses e direitos dos consumidores. A norma tem sido perniciosamente através dos tempos, obediente aos seus próprios desígnios. Ou seja, flexível aos seus poderes de suprimir concorrências e, feito isso, impor preços, sempre extorsivos, para as vendas de seus produtos. E quando os agentes monopolistas atuam no setor da saúde pública, como é o caso dos grandes laboratórios, aí então o problema transcende a tudo o quanto se possa imaginar de brutal e criminoso.

Há monopólios de grupos industriais tão poderosos no mundo, que aterrorizam e ameaçam não só governos como a própria existência humana. Os Estados Unidos são o celeiro, o berço de ouro, o paraíso da maioria desses monstros, que estendem seus tentáculos sugadores por toda a face da terra. Os setores onde atuam são tantos que espalham preocupações e intranquilidade por toda parte. Homens e instituições estremezem aos seus pés. Eles são impiedosos. Subornam, corrompem e destroem quantos ousam colocar entraves a sua frente. Jamais temeram a ação da Justiça, pela qual nutrem o maior desprezo, tanto mais quanto pela maioria dos homens públicos, que cedo ou tarde curvam-se aos rigores de sua vontade, já que os que não o fazem quase sempre são esmagados e anulados por eles. Os monopólios não deixam por menos: já convencionaram que exercem poder de vida e morte sobre todos nós. Prova-o o comportamento da indústria farmacêutica, notadamente dos EUA, para quem a saúde pública nunca teve qualquer valor. Somente o lucro escorchantemente fácil, imediato, conta.

Particularizando o caso dos grandes laboratórios norte-americanos, não seria exagero afirmar-se que este importante setor de prestação de serviço essencial (terrível ironia) é dominado por uma autêntica máfia. Esta, muito mais perniciosamente que sua congênera siciliana, que por coincidência, embora tendo até importantes preladados em suas fileiras, escolheu também os Estados Unidos, um país protestante, para armar o seu quartel-general, e é ainda hoje fértil na produção de manchetes repulsivas para todos os veículos de divulgação do mundo. Pode alguém dizer que estamos exagerando, por ser a máfia siciliana a matriz do crime organizado, com ramificações também em todos os continentes. Isto é verdade, mas não lhe dá qualquer status de superioridade em relação à outra, dos laboratórios sediados nos Estados Unidos. Esta supera todas as demais e é capaz de produzir mais devastação e vítimas fatais na face da terra, num período de alguns poucos meses, que toda a organização siciliana em um século de atividades.

Eis um pequeno exemplo, à guisa de ilustração, capaz de dissipar quaisquer dúvidas a respeito do que afirmamos. E também capaz de estarrecer os mais insensíveis e incrédulos:

Em dezembro de 1963, o governo dos EUA arrastava os dirigentes do laboratório Richardson Merrell, Inc. às barras de um tribunal federal do Distrito



de Colúmbia. A promotoria os acusava de terem mentido, prestado esclarecimentos falsos e sonegado informações vitais para a saúde da população norte-americana, à Administração dos Alimentos e Remédios (órgão equivalente ao nosso Serviço de Fiscalização da Medicina, só com a diferença de que o de lá funciona e o daqui não), o que fizeram, quando pleitearam o licenciamento para comercialização — e conseqüente entrega ao mercado consumidor — do medicamento denominado MER-29, destinado à cura dos que sofriam perturbações das coronárias. Ora, coronária (artéria que irriga o coração) é coisa seriíssima. Do seu bom funcionamento depende a própria vida, mas os gangsters do Richardson Merrell, Inc. jamais se incomodaram com isso. O resultado foi que a droga sinistra, lançada sob um carnaval publicitário que custou mais de um milhão de dólares, causou prejuízos gravíssimos à saúde de nada menos de 300.000 (trezentos mil mesmo) pessoas, muitas das quais morreram. Dos que sobreviveram com vida, a maioria teve seu mal agravado em termos irreversíveis. Os mafiosos da indústria farmacêutica dos EUA, como se pode deduzir, são insensíveis a tudo, e nesse processo em que foram alguns deles indiciados pelo grande júri federal do Distrito de Colúmbia, pôde ser provado: 1o.) — que eles tinham plena consciência de que o MER-29, em decorrência do seu alto grau de toxicidade e demais efeitos secundários, ressaltado o da intolerância, representava um grave perigo para a saúde da população; 2o.) — que mesmo sabendo disso resolveram lançar o produto no mercado; 3o.) — que para fazer o lançamento seria indispensável enganar o governo dos EUA (leia-se autoridades sanitárias) e o povo. Foi o que eles fizeram.

Assim se vê, já que o medicamento (se é que assim se pode chamá-lo) foi lançado em julho de 1960, que em menos de três anos apenas um laboratório (tomem nota do nome), o Richardson Merrell, Inc. produziu mais vítimas que a máfia siciliana durante um século de existência.

Se por acaso ainda houver algum incrédulo em relação à máfia dos laboratórios, resta-nos informá-los de que o mesmo Richardson Merrell, Inc., pelos mesmos motivos, já foi processado outras 400 vezes, subindo o vulto das indenizações, judicialmente cobradas nos diversos tribunais do país, à astronômica

cifra de 200.000.000 (duzentos milhões) de dólares. Seus produtos, evidentemente, não curam, apenas deformam e matam criaturas humanas. O que, aliás, é bastante natural para eles, que só pensam em lucros fáceis, nunca em salvar ou curar quem quer que seja.

O veneno, rotulado pela Richardson Merrell Inc., como excelente produto para os que tinham problemas de coronárias, sob o nome genérico de MER-29, além de uma literatura convincente, trazia o que se pode chamar de fecho de ouro, ou seja, a garantia de "absoluta tolerância" e a "ausência absoluta de toxicidade, estabelecida por dois anos de investigações clínicas". Foi assim, com todos estes artifícios e total desprezo pela saúde do povo norte-americano, que os os gangsters laboratório Richardson Merrell, Inc. induziram os próprios médicos dos Estados Unidos a promoverem um verdadeiro massacre químico contra a população.

E é bom não se esquecer do caso da talidomida, o soporífero causador de deformidades verdadeiramente monstruosas em nascituros, vendida em todo o mundo pelo mesmo laboratório, e que provocou, como era de se esperar, uma reação universal contra os gangsters do Richardson Merrell Inc. Mas é bom que ninguém se impressione com este relato, que representa apenas uma gota d'água no submundo do crime em que pontifica o gangsterismo da indústria farmacêutica, particularmente da norte-americana. Quem se der ao trabalho, por exemplo, de investigar sobre a questão dos preços cobrados aos consumidores fatalmente ficará ainda mais cheio de indignação. Mas, ainda mais furiosos ficaremos todos nós ante a evidência mais gritante, qual seja a de constatar que também a sorte de nossa saúde, já tão precária, debilitada e carente de recursos, está depositada nas mãos exatamente de tais elementos. Isso porque deixamos à mercê de sua volúpia antropofágica as pobres vísceras do que havia medrado de nossa incipiente indústria farmacêutica. Nada nos resta, foi tudo devorado. Estamos todos à disposição dos abutres que matam à vontade e impunemente em toda a América Latina, enquanto as ações de suas empresas alcançam as maiores cotações na Bolsa de Nova Iorque. Não tenham dúvidas, eles acham ainda que estão nos fazendo um grande favor, em termos de valorização, pois argumentam que aqui mesmo, para efeito de seguro, não valem mais do que uns miseráveis 10 mil cruzeiros (que é quanto paga a Rede Ferroviária — leia-se EFCB —, quando paga, sempre que um dos seus trens, muito atrasados, passa por cima de um operário), enquanto já em Wall Street conseguimos, embora não recebamos, uma cotação bem melhor.

Agora, um aviso de advertência: tenham muito cuidado quando forem às farmácias, mesmo com receitas médicas, e virem inscritos nas embalagens dos remédios solicitados os nomes de laboratórios como Upjohn; Richardson Merrell, Inc.; Pfizer Co.; Bristol Meyer; Squibb; Parke Davis; Mead Johnson; American Cyanamid; Ciba (Subsidiária suíça dos EUA); Schering Corp.; McKesson & Robbins† Merck; Smith, Kline & French; Carter; Wyeth e vários outros.

O melhor mesmo é não comprar nenhum pois você estará correndo um grande risco de vida se o fizer. Mais prudente será apelar para a homeopatia, onde não há exploração nem perigo de vida. Ou então apelar para o que ainda resta, se é que resta ainda alguma coisa, dos nossos laboratórios, pequenos mas honestos, como é o caso do Simões (até ontem não devorado pelos trustes), que tem similares para qualquer produto estrangeiro, embora com nomes simples (nacionais) e preços ao alcance da bolsa do povo. E nenhum produto resulta de fórmulas duvidosas, danosas à saúde, porque eles — do Simões — além de serem humanos, têm na flora brasileira a sua principal fonte de matéria-prima. Nunca ninguém se queixou de efeitos secundários, toxicidade e intolerância dos remédios nacionais. Muita gente metida a rica não os adquire por simples ignorância principalmente por causa das embalagens simples e dos preços baixos, preferindo os venenos, pomposos em nome e rotulagem, oriundos do QG da máfia da indústria farmacêutica norte-americana ou européia, quase sempre fatais à saúde e ao bolso dos consumidores.

Diante de tão sinistras evidências, seria prudente que o governo brasileiro, sem paternalismos, acelerasse os mecanismos da Central de Medicamentos, de modo a propiciar aos brasileiros os produtos necessários ao equilíbrio e manutenção de sua saúde. Sendo a produção de remédios, em todo o mundo, considerada um serviço essencial, inclusive diretamente vinculada à segurança, nada mais justo e plausível que o seu controle global passe ao domínio do Estado. O país, tanto quanto sua população, só teria a lucrar com a medida. Uma verdadeira fábula de dólares seria poupada em divisas, evitando-se, por outro lado, a evasão decorrente dos lucros extraordinários do superfaturamento (eles compram deles próprios quase toda a matéria-prima, aumentando os preços escandalosamente) e dos artifícios dos juros sobre o capital investido, royalties e outros roubos. O povo se beneficiaria duplamente: nos preços, que fatalmente cairiam em até 99,98% (isto mesmo, noventa e nove, vírgula noventa e oito por cento) e na garantia do produto, devido a sua elaboração honesta.

O certo é que a Central de Medicamentos precisa sair do papel com toda urgência. Se o fizer, o governo terá prestado, de fato, um relevante serviço à Nação e ao povo. Desnecessário, porém, se torna afirmar que precisa ter peito para realizar essa obra tão meritória. O gangsterismo não perdoa os que se atravessam nos seus caminhos. Move céus e terras para liquidá-los. Foi, e é continuava sendo assim até há poucos dias, quando, contrariando o entusiasmo de Wilson Sousa Aguiar (presidente da Central de Medicamentos), se apossou de um dos últimos laboratórios nacionais — o Vilela. Foi a resposta que o grupo (anglo-americano) deu ao ilustre médico, como se desejasse acusá-lo de leviandade, por ter ele afirmado que a Central de Medicamentos pretendia assumir o controle da produção de remédios no País. Eles são assim. Ninguém os ameaça impunemente, conforme iremos demonstrar nos próximos trabalhos.

CARNAVAL,

uma insurreição inconsciente do povo

Um sumário perfeito da visão anticotidiana do mundo. Um ritual que, ao romper com a continuidade da vida diária, aponta gritantemente alguns pontos básicos de nossa ordem social — esta a definição do carnaval, demonstrada pelo antropólogo Roberto da Matta, num livro que será lançado em março pela Editora Vozes, "O Carnaval Como um Rito de Passagem".



Este é o primeiro estudo profundo sobre a maior festa popular brasileira, analisada sob a luz da sociologia. O que Roberto da Matta procura demonstrar no início de seu ensaio é a preocupação em analisar o carnaval não como uma festa exótica sob o ponto-de-vista curioso do turista, mas como uma instituição que, embora importante para a compreensão da auto-representação cultural de um povo, até hoje só recebeu tratamento jornalístico e semi-sociológico.

Para ele, o carnaval também parece ser a instituição que vai servir de modelo à visão do Brasil como uma grande comunidade, isto é, a comunidade onde o pessoal está em oposição ao impessoal, o intuitivo em contraste com o técnico, a ausência de propriedade e de insignia em contraste à posse e ao status, como se os brasileiros quisessem deixar de lado a estrutura onde se localizam, entre outros, os aspectos da permanência, da autoridade, da posição definida, da não espontaneidade social e ideológica, das distinções de classe e riqueza, da secularidade e da obediência, da hierarquia e do conhecimento técnico.

E é através desta visão não rotinizada do mundo que o brasileiro se auto-imagina como um povo cuja invenção tem como referência as praias, as mulheres e o samba, como diz a música de Jorge Ben, *Pais Tropical*.

Se tomarmos as letras das músicas *Sonho de um Carnaval* e *Noite dos Mascarados*, ambas de Chico Buarque de Holanda, veremos que é o festival (o carnaval) que marca o momento de fuga do cotidiano, o momento da marginalidade total, permitindo uma inversão da rotina da vida diária e a conseqüente entrada na comunidade. Nas duas músicas vê-se que é somente depois que o carnaval passar que tudo toma seu lugar, voltando a regularidade das coisas permanentes e tediosas. A narrativa é fechada e a comunidade torna-se novamente estruturada. Na comunidade não é preciso definir identidades sociais, como vemos na música *Noite dos Mascarados*, sendo suficiente manter a oposição inicial: um homem e uma mulher que desejam um encontro.

A análise estrutural de *Noite dos Mascarados* permite a discussão dos componentes básicos da instituição. Realmente a análise revela que, na música de Chico Buarque, três pontos podem ser destacados:

1 — O carnaval é definido como uma situação especial, com seus participantes usando máscaras e altamente motivados para vivenciar um momento pleno de inconseqüências que não admite questionamento.

2 — O carnaval cria um contexto onde, embora possam surgir contradições e oposições, elas não devem ser levadas em conta. O momento é de comunhão, não de diferenças.

3 — No carnaval todas as oposições podem ser dissolvidas ou neutralizadas.

A música de Chico Buarque, deste modo, salienta claramente alguns componentes que permitem definir o carnaval como um período onde as regras sociais vigentes na vida diária são suspensas temporariamente, neutralizadas ou invertidas. Em *Máscara Negra*, de Zé Keti, aparece a mesma noção de comunidade no verso que

diz "Vou beijar-te agora, não me leve a mal, hoje é carnaval". O tema das inversões surge ainda na música de Marcos Moran *Até Quarta-feira*, onde um casal se propõe inverter o status de sua relação no carnaval, brincando separados. A estas músicas somam-se um sem-número de textos escritos, todos igualmente colocando os mesmos problemas. Entre autores destes textos, encontramos Coelho Neto, Olavo Bilac e Graciliano Ramos.

Mas para que haja uma neutralização ou inversão do cotidiano, a sociedade utiliza-se de certos artifícios, que no caso do carnaval brasileiro, para se alcançar o ambiente comunitário, é o uso da fantasia. As vestimentas carnavalescas simplificam-se assumindo apenas sua função de cobrir o corpo sem procurar impedir os movimentos, sendo pois uma liberação do corpo humano dos seus símbolos de posição, riqueza e prestígio. De fato pode-se dizer que no carnaval é normal a nudez, senão física, pelo menos social. O ato de despir-se vale como um deixar revelar-se, um soltar-se na sua própria fantasia, utilizando o corpo. As pessoas se engajam brincando, pulando. Apenas utilizando-se do seu próprio corpo: braços, pernas, voz, face e gestos.

Quanto ao comportamento, no entanto, onde há uma inversão mais marcada é no relacionamento entre os sexos. No carnaval as mulheres não só devem estar nas ruas e nas festas como também devem ser vistas. O exibicionismo feminino é assim uma característica da festa, conforme revela o costume típico do carnaval brasileiro de ter-se nos bailes as mulheres em cima das mesas e dos balcões em trajés sumários. Há uma suspensão das normas que comandam as relações entre os sexos e os homens mostram suas mulheres para todos. São as mulheres que



passam a comandar abertamente o espetáculo, pois o Rei Momo é gordo e representa uma figura onde a gula substitui o sexo, mas a Rainha do Carnaval é sempre uma vedeta de formas perfeitas. Aliás, em relação a este tema é ainda Chico Buarque quem ilumina a questão, quando diz em uma de suas músicas: "Eu vejo as pernas de louça da moça que passa e não posso pegar", mas... "To me guardando pra quando o carnaval chegar".

FANTASIAS

Em termos sociológicos, pode-se dizer que uma fantasia é uma máscara social conscientemente assumida e marcada por um sinal exterior visível, freqüentemente delimitada culturalmente e, conseqüentemente, estereotipada. Não se trata de uma reprodução autêntica, mas de uma reprodução em alguns traços que a cultura brasileira define como sendo essen-

ciais a uma criação de fantasia do tipo. No carnaval o que se leva em conta são os aspectos que remetem ao que a coisa representada tem de ambíguo ou negativo. Entende-se, portanto, por que certas fantasias são proibidas. Primeiro, porque elas revelariam o caráter de fantasia de certos traços característicos de posições sagradas: segundo, porque elas chamariam a atenção para os aspectos negativos, ambíguos ou destrutivos de certas categorias.

Devemos interpretar o termo fantasia como algo relacionado também ao imaginário e aos seus subuniversos de significação correspondentes: o universo do sonho, da morte, do sono, da loucura e de tantas outras áreas segregadas do mundo cotidiano.

No caso do carnaval brasileiro, as fantasias remetem sempre às áreas ambíguas ou limites de nossa sociedade. Pode-se dizer que tais vestimentas e caracterizações se endereçam aos subuniversos de significação considerados como problemáticos, seja porque gostaríamos de tê-los incorporados a nós mesmos, seja porque estão no limite de nossa percepção, ação, conhecimento, seja porque estão tão dentro de nós que passam despercebidos na existência cotidiana, sendo preciso um momento especial para que sejam reconhecidos.

As fantasias procuram representar estrangeiros ou pessoas classificadas como exóticas, cujo universo escapa ao nosso controle, mas que nos fascina. O eixo que parece permitir a apropriação destas

pessoas como seres exóticos é o do tempo e do espaço. São seres que representam um mundo distante ou então já liquidado (como os romanos, egípcios e gregos). Ou gente diferente por suas roupas, seu comportamento, por suas marcas fenotípicas. Ou então são seres destituídos da moralidade estreita que pesa sobre a classe média o ano inteiro. No carnaval, o que se focaliza das figuras representadas é o seu componente invelado, sua liberdade, sabedoria, requinte, poder.

Outro grupo de fantasias é aquele representado por pessoas que desempenham ações vistas como perigosas e heróicas. Exercendo atividades que implicam a mediação entre a rotina e o extraordinário, tais tipos conhecem técnicas consideradas como difíceis, que exigem um penoso treinamento.

Em um grupo de fantasias femininas, a mulher é vista através de seus atributos positivos e controláveis. É a Pastora, a Jardineira, que, delicada e domesticamente, cuida dos seres naturais frágeis e puros; é a mulher bailarina que tem em si a arte, a finura e a beleza, confinada à autoridade de seu amo e senhor, conforme as músicas *Jardineira* e *Mal-me-Quer*.

Outra idealização que esta classe de fantasias permite descobrir é aquela que salienta exatamente o contrário: a mulher como um ser essencialmente tentador, provocante, agressivo. Assim o carnaval reproduz as duas idealizações pos-

representantes mais adequados deste mundo problemático e incontrolável: o mundo das trevas do mal e da morte.

Os santos e os anjos não participam do carnaval como fantasia porque fazem parte da estrutura, da imobilidade bem-aventurada. Mas os monstros carnavalescos pertencem ao domínio do frenético, da mobilidade, da ação incessante do fogo do inferno e da busca para uma satisfação não orientada.

Finalmente pode-se destacar as fantasias que representam tipos problemáticos e marginais. São os mendigos, as ciganas e escravos, espantalhos, presidiários, piratas, palhaços e malandros. Tal como se o carnaval tivesse aberto os porões da sociedade. Eles surgem em sua forma mais pura e estereotipada aparecendo com



todo seu poder de provocar o caos inerente à natureza que lhes atribuímos. Este é o momento em que tais figuras são legitimadas, pois no carnaval o que se focaliza são seus atributos invejados: sua vida em comunidade fraternal, seu descaso pela riqueza e poder, seu pouco caso pelo que está seriamente investido no jogo social.

CARNAVAL, UM RITO DE PASSAGEM

A análise das letras, textos, comportamentos e fantasias relativos ao carnaval revela a presença de mecanismos invariáveis, universalmente reconhecidos como essenciais em certos momentos da vida social, os ritos de passagem. Estes rituais referem-se tanto à mudança de posições de indivíduos e grupos na estrutura social, quanto à mudança de ano, estações e atividades. Por isso foram chamados de ritos de calendário por Lloyd Warner, um termo que serve para distingui-los dos ritos de passagem individuais. Embora ambas as modalidades estejam ligadas à noção do tempo e uma periodização, os ritos de calendário estão intimamente ligados aos modos de uma sociedade dividir as etapas de seu ciclo de atividades. Os ritos de calendário e ritos de crise grupais podem algumas vezes ser ritos de inversão de status.

REDIMENSIONAMENTO

As fantasias carnavalescas, mesmo as que representam personagens inexistentes ou empiricamente errados, expressam uma realidade concretamente existente na ideologia nacional. É assim significativo indicar que algumas áreas são representadas de modo especial nas fantasias, en-



É ainda no carnaval que vamos notar uma ostentação do comportamento abusivo, insinuante, marginal, malandro. A abertura carnavalesca traz à tona tudo o que deve ser escondido da ordem: o homossexualismo, o relacionamento ilícito, a ostentação humilhante do luxo e da riqueza, o ridículo de figuras importantes e poderosas e o poder e a graça de habitantes das fronteiras do nosso mundo social. O desfile carnavalesco é o ponto crítico do carnaval brasileiro, pois nada pode ser mais ostensivo do que tal tipo de organização que representa sem rodeios determinados sinais aos olhos da sociedade.

DO FRACO EM FORTE

Nos rituais de reversão de status, como o carnaval, conforme diz Victor Turner, há um mascaramento "do fraco em forte", bem como uma "exigência de que os fortes sejam passivos e suportem as agressões simbólicas e mesmo reais que contra eles realizam os estruturalmente inferiores".

Não poderia ser melhor a fórmula para elucidar os dois pontos focais do carnaval do Rio de Janeiro, já que no Baile do Municipal e nos desfiles das escolas de samba ocorrem dois paradoxos. No primeiro a riqueza é ostentada a ponto de se transformar em luxo barroco; pede-se então paciência aos pobres. E, nos desfiles de escolas de samba, a ostentação e a organização dos grupos cotidianamente marginais em aristocratas e personalidades leva uma mensagem de passividade aos ricos, pelo luxo dos pobres.

A ênfase do carnaval brasileiro está no sexo e na marginalidade, e de fato, não há melhor instrumento de comunhão que o sexo, especialmente quando as discontinuidades sociais e econômicas são percebidas e retraduzidas através de código racial ou biológico. E não é de outro modo que a realidade brasileira tem sido apreendida, seja pelos seus intérpretes tradicionais e clássicos, seja pela grande maioria da população. E o sexo surge, assim, no carnaval, como um momento importante — quase como uma prova — da chamada "democracia racial brasileira".



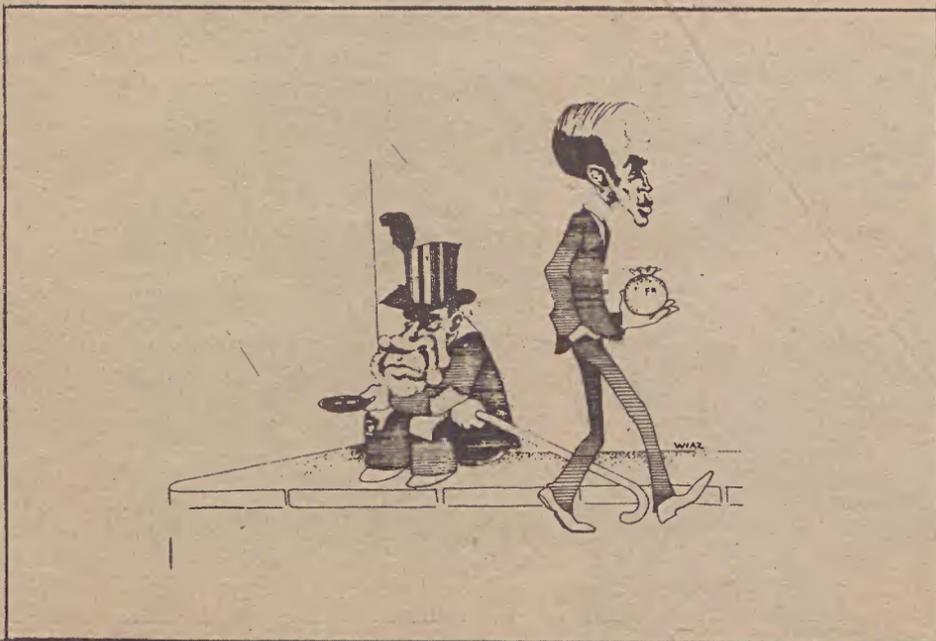
O DÓLAR E O GOLPE DE NIXON

Analisando, em artigo no **Le Nouvel Observateur**, a desvalorização do dólar, Jacques Mornand explica que — aparentemente humilhante — o destronamento da moeda norte-americana foi, na verdade, mais uma vitória da hegemonia dos Estados Unidos.

Afirma o jornalista que o presidente Nixon, com o seu grande golpe, colocou o mundo diante de um fato consumado e que impôs sua política a uma Europa dividida. A desvalorização da divisa dos Estados Unidos não passaria da primeira etapa de uma vasta ofensiva econômica e financeira que Washington desencadeou contra os seus parceiros políticos do Mercado Comum e do Japão, visando reafirmar a sua liderança mundial.

Assim, a crise monetária dos últimos dias não seria igual às outras. Teria sido teleguiada e agravada pelas autoridades norte-americanas, com um objetivo preciso: impor a quente uma desvalorização que não poderia ser imposta a frio. E pergunta o analista: poderá a Europa resistir à especulação provocada pela manobra dos Estados Unidos?

No continente europeu, o marco é o principal alvo da especulação. A invasão de dólares ameaça destruir o equilíbrio econômico e financeiro do País, obrigando o governo ale-



Assim **Le Nouvel Observateur** ilustra a esperteza de Nixon

mão a pedir ajuda aos seus parceiros do Mercado Comum. Estes, no entanto, fazem ouvidos de mercador ou desconversam. Bonn, acuada, tem de partir para uma nova valorização da sua moeda — a terceira, nos últimos quatro anos — o que porá em grave perigo os exportadores germânicos e desconjuntará as estruturas monetárias do continente.

Que razão teria Nixon para desvalorizar o dólar? Isso, certamente,

iria manchar a imagem da divisa padrão. Mas essa imagem já havia sido afetada por um enfraquecimento anterior da moeda norte-americana — ocorrido em dezembro de 1971 — de modo que não seria por aí que pegava o carro. Na verdade, as vantagens dos Estados Unidos são maiores do que essa inconveniência simplesmente política.

O raciocínio de Jacques Mornand é o seguinte: O dólar se tornou inconversível em ouro e outras

moedas desde agosto de 1971. A atual desvalorização, somada à anterior, dá à moeda norte-americana uma queda de 18%. Com relação ao dinheiro de certos países — Suíça e Japão — que foi valorizado, o dos Estados Unidos caiu de 25 a 30%. Ocorreu o que os especialistas chamaram de desvalorização "selvagem".

Essa selvageria tornou as mercadorias norte-americanas mais competitivas nos mercados mundiais. O objetivo de Nixon é restabelecer — até 1974 ou 1975 — o equilíbrio da balança comercial dos Estados Unidos. Se a baixa da cotação do dólar não produzir os efeitos esperados, o hóspede da Casa Branca partirá para a elevação das barreiras aduaneiras e para uma política de limitação das importações.

Prevê o jornalista francês uma tentativa de Nixon no sentido de serem abertas as portas do Mercado Comum europeu aos produtos alimentares dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que pressionará o Japão para que alargue as suas portas para os manufaturados norte-americanos. Se essas propostas forem rejeitadas, Washington desvalorizará o dólar mais uma vez e retirará os seus exércitos da Europa, sob a alegação de que constituem um excessivo peso financeiro.

- As próximas eleições francesas — que poderão levar os esquerdistas ao poder — se constituem um dos principais pratos da imprensa de todo o mundo e, naturalmente, não é desprezado o pretexto para manchetes sensacionalistas, como estas: **Perigo Vermelho em Fundo Cinzento, Guerra Civil, Pompidou Ameaçado.**

- O **New York Times** afirma que o pleito de março, na França, "é extremamente importante para a Europa e o Ocidente", enquanto o **Times de Londres** — depois de pôr em evidência "a fraqueza da Constituição francesa" — observa que não se vê, há muito tempo, uma campanha eleitoral tão dramática. Prevê uma nova Assembléia rigorosamente dividida ao meio entre esquerdistas e direitistas, e conclui: "será certamente necessário reodotar o sistema parlamentar".

- Ainda na Inglaterra, o **Guardian** acusa Pompidou de tentar amedrontar os franceses e, mesmo, ameaçá-los. E acrescenta que, na falta de uma crise constitucional, o presidente da República — posto contra a parede — saiu a inventar uma.

- Para o seminário norte-americano **Newsweek**, Pompidou se enganou redondamente ao acreditar, desde o princípio, que o Partido

AS ELEIÇÕES FRANCESAS

Socialista caiu numa armadilha ao juntar-se com o Comunista e que essa "impossível combinação" asseguraria aos degaullistas uma nova vitória parlamentar. E conclui a revista: "agora que uma vitória esquerdista é provável, o presidente da República perde a cabeça e corre para a televisão a agitar a bandeira do *après moi le deluge*, tão cara ao Grand Charles".

- Para o **Washington Post**, existe uma "ameça de caos" na França e receia que "graves desordens sociais" poderão seguir-se às eleições. Para o jornal, a vitória da esquerda criará problemas para a sua união quando chegar a hora de distribuir os ministérios.

- Para a **Gazette de Lausanne**, Suíça, ninguém sabe ao certo o que acontecerá depois de 12 de março, se as esquerdas obtiverem a maioria na Assembléia Nacional. Sabe-se apenas — diz o jornal — o que não fará Pompidou, de vez que ninguém lhe tira uma declaração sobre o que irá fazer.

- A imprensa soviética ataca regularmente "os reformadores enrolados na mais esfarrapada bandeira



As promessas eleitorais da direita segundo **L'Express**

ra do anti-sovietismo" e a agência Tass — sem lançar mão de libelos diretos — diz que, para a direita, "todos os meios são bons, desde um anticomunismo primário até os ataques pessoais contra os dirigentes da coligação esquerdista".

- Nos outros países socialistas, a imprensa está otimista. **Rude Pravo**, de Praga, diz que — pela primeira vez em quatorze anos — a direita tem um adversário à altura. E **Bor-**

ba, diário de Belgrado, em evidência as contradições da Quinta República francesa e insiste sobre o fato de serem numerosos os sinais precursores de um triunfo esquerdista, afirmando que fracassaram os esforços de Pompidou para "salvaguardar o sistema capitalista e o poder burguês".

Comenta **Le Nouvel Observateur**, de Paris: que as próximas eleições digam até onde estão com a razão os observadores de Sírius.

CASA PRÓPRIA



SÓ PARA QUEM PODE PAGAR

Quando o primeiro governo depois de 64 instituiu o Plano Nacional da Habitação, a demanda reprimida de moradias era a sua preocupação imediata. E com justas razões, pois fazia anos que a oferta reduzida de casas e apartamentos tornava o deficit habitacional cada vez maior, devido à expansão demográfica do País e à ausência de uma política de habitação à altura dos problemas que se iam acumulando no setor.

Criou-se, então, o Sistema Financeiro da Habitação, comandado pelo Banco Nacional da Habitação, centro de um conjunto de instituições financeiras bancárias e não bancárias — sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo e Caixas Econômicas — incumbidas da captação de recursos e da concessão dos financiamentos para aquisição de casa própria dentro do PNH.

Do ponto-de-vista da estrutura, não se pode opor grandes reservas ao Sistema Financeiro da Habitação. Tampouco ao seu funcionamento. Sua filosofia, implícita, no entanto, talvez seja a razão primeira do insucesso, da frustração do Plano. Os responsáveis pela sua elaboração exageraram, sem dúvida, os temores de repetição do antigo Plano de Casas Populares, que não atingiu a meta que se traçara, convertendo os financiamentos em verdadeiras doações, devido à inflação que já iniciava o galope.

O termo filosofia implícita significa, no caso do PNH, construir casa para venda a quem pode pagar e não a quem precisa de um teto.

RECURSOS

Os recursos de que é dotado o Sistema Financeiro da Habitação são uma parte da poupança pública — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — e captados através das Cadernetas de Poupança e das letras imobiliárias.

Na remuneração desses recursos e dos agentes financeiros do BNH é que está a origem de todo o problema para quem compra casa ou apartamento mediante financiamento enquadrado no SFH.

Quando o governo percebeu que era preciso mobilizar a poupança interna para desenvolver o País, cuidou de organizar o mercado de capitais, a fim de atrair essa poupança. No entanto, a captação de recursos, através de papéis diversos das mais variadas instituições financeiras, dependia de estímulos aos

aplicadores. Um deles foi a correção monetária, cantada em prosa e versos como a salvação da lavoura, aplicada às letras de câmbio, aos recursos do FGTS, às letras imobiliárias, aos depósitos em cadernetas de poupança e ao dinheiro em geral dado e tomado por empréstimo, à exceção dos depósitos à vista nos bancos comerciais.

A incidência da correção em si sobre o saldo devedor dos financiamentos para aquisição de casa própria levantou o obstáculo contido no caráter irredutível dos débitos, uma vez que ela era projetada com base numa espécie de inflação prevista ao longo do tempo. Mas o grande problema foi a correção trimestral das prestações. Em vigor o chamado arrocho salarial, a correção trimestral das prestações, com a inflação, por volta de 35 a 40 por cento, mais os juros, de um lado, e de outro aumentos salariais bastante inferiores e concedidos anualmente, tornavam as prestações dos imóveis incompatíveis com a realidade da receita do mutuário e o comprometimento da renda familiar com o pagamento do imóvel cada vez mais vultoso. Os cálculos de correção sobre correção, de juros sobre juros, geraram protestos e ameaças de devolução dos imóveis.

Para corrigir essas distorções, veio o Plano de Equivalência Salarial, que instituiu a correção anual, ao lado da correção trimestral — enquadradas nos planos A e B. Na verdade, em substância, nada se alterou. Os apartamentos fechados se multiplicaram, convertendo em superavit o nosso deficit habitacional, uma vez que a oferta de moradias passou a ser bem superior à procura, por impossibilidades de pagamento por parte do comprador. Um paradoxo.

Os mutuários que insistiram no esforço para pagamento das prestações não devolveram os imóveis, mas se converteram em inadimplentes — hoje a grande dor de cabeça do BNH e de seus agentes financeiros. Dor de cabeça, também, das

Diante da impossibilidade da maioria dos compradores de imóveis pelo plano do BNH de continuarem pagando as prestações — cada vez mais altas com a dívida crescendo sempre — os apartamentos fechados se multiplicaram, criando o paradoxo de um superavit de casas diante do indiscutível deficit habitacional do país.

seguradoras, que estão pressionando o Banco no sentido de dar uma solução rápida para o problema dos que não pagam, já que se revelam incapazes de cobrir todos os sinistros, tão numerosos são os inadimplentes. De tão numerosos que são, o BNH sequer faz referências à quantidade exata.

O critério básico do BNH para a fixação das prestações do imóvel é o comprometimento da renda familiar em 25 por cento. Sua aplicação universal chega a ser injusta, no caso, por exemplo, de pai e mãe que trabalham e dois filhos (uma família restrita, que não é o padrão da família brasileira). Se a renda mensal do casal chegar a Cr\$600,00, sobrar-lhe-ão Cr\$450,00, descontados Cr\$150,00 de prestação do imóvel. É fácil constatar que os Cr\$450,00 são insuficientes para o atendimento de dois itens básicos para uma família: alimentação para todos e transporte para os que trabalham.

FRUSTRAÇÃO

Sem dúvida, os técnicos que conceberam 25% de comprometimento da renda final com o pagamento da moradia imaginaram que fosse habitação a única necessidade do brasileiro que precisa de um teto, enquadrando-o em níveis os mais baixos de aspirações. E é por isso mesmo que o PNH morre de frustração.

Sim, morre de frustração. É o próprio BNH que nos dá o exemplo disso, ao tentar converter-se em Banco Nacional de Desenvolvimento Urbano, para fornecer recursos destinados a obras de infraestrutura urbana nos municípios e a obras de caráter comunitário nos conjuntos construídos com seus financiamentos.

Para disfarçar essa frustração, surgiu, recentemente, a idéia do Plano Nacional de Habitação Popular — Planhap —, que se incumbiria de financiar a aquisição de casas populares pelas classes de baixa renda.

Álvaro Queiroz

Ao anunciar o Plano, o ministro do Interior mostrou a convicção de que, agora, o pobre terá seu teto ao alcance da mão, com o comprometimento de apenas 15 por cento do equivalente ao salário mínimo. Embora recebida com certa desconfiança, a notícia não eliminou de todo as esperanças de humanização dos financiamentos para a casa própria. Afinal, a família de um casal e dois filhos com Cr\$600,00 de renda mensal teria a sua prestação reduzida de Cr\$150,00 para Cr\$45,00, no caso de o salário mínimo ser de Cr\$300,00, por exemplo.

No entanto, confirmou-se o ditado "alegria de pobre dura pouco" — não menos de 24 horas, isto é, até quando o presidente do BNH, em entrevista coletiva, forneceu à imprensa os principais detalhes técnicos do Planhap: cada casa custará o mínimo de Cr\$8 mil e o máximo de Cr\$22 mil; o comprometimento da renda familiar será na base média de 14 por cento; as prestações e o saldo devedor continuarão sendo vítimas da famigerada correção monetária.

O Ministro Costa Cavalcanti não deve ter ficado satisfeito com a realidade técnica do Planhap, ao ver a técnica desumanizar o que ele e o presidente da República e seus assessores haviam tentado humanizar 24 horas antes.

SAIR PARA OUTRA

Um exemplo de abundância de recursos do BNH é essa abertura de novas frentes para sua atuação: financiamentos para os municípios construírem obras de infraestrutura (e de retorno garantido), saneamento, obras comunitárias, etc. Paralelamente, financiamentos para aquisição de casa própria (retorno duvidoso, aleatório).

Através do Planhap, parece que o BNH pretende comprometer os Estados na execução da política habitacional, redistribuindo responsabilidades. Se essa é a meta, torna-se necessário que o governo reformule a filosofia da sua política de habitação e reestruture todo o sistema responsável pelo seu financiamento. Apele para os subsídios, com os lucros produzidos pela sua atuação em outras frentes — infraestrutura urbana, obras de comunidades, saneamento e outras atividades que lhe impõem a transformação em Banco Nacional de Desenvolvimento Urbano.



PLÁCIDO DE CASTRO

O herói esquecido

No túmulo de Plácido de Castro, em Porto Alegre, estão esculpidas duas figuras na pedra: um leão ferido pelas costas por uma flecha e uma mulher sustentando uma balança na mão esquerda e um punhal na direita. Num dos pratos da balança, há um livro representando as leis brasileiras; no outro, um saco de ouro. A balança, por injustiça histórica, inclina-se para o lado do ouro.

Aventureiro para alguns, herói para a maioria, Plácido de Castro é quase esquecido pela história. Sua luta foi pela independência do Acre e a posterior anexação ao território brasileiro. Sua obra maior foi livrar a Amazônia de interesses que, se vingassem à época, certamente teriam mudado o curso histórico da nossa Pátria.

A luta acriana, no início do século, enfrentava a cobiça internacional, voltada para as riquezas amazônicas, principalmente para a borracha. Esse inimigo, com sedes em Nova Iorque e Londres, ia muito além das possibilidades do Governo boliviano: era a companhia chamada "Bolivian Syndicate of New York", ou o "Sindicato dos Aventureiros", no dizer de Plácido de Castro.

O capital do "Bolivian Syndicate" se elevava a milhões de dólares. Seu maior acionista era um filho do então Presidente dos Estados Unidos e dele fazia parte o vice-presidente da República Boliviana, D. Lucio Peres Velasco. Moldado nas experiências colonialistas realizadas na África, o "Sindicato" mantinha as tropas que combatiam os acreanos, fornecendo equipamentos e pagando mercenários.

Documentos da época comprovam ter sido grande a sensibilidade dos acreanos para essa manobra: se alguns lutaram apenas para defender interesses particulares, visando ao lucro da borracha, os que detinham a responsabilidade da liderança tiveram um nítido sentimento do perigo que representava para a soberania brasileira a penetração camuflada de interesses colonialistas. Evidente também a resolução de Plácido de Castro ao se colocar à frente da revolução acriana: aceitou o encargo, por ver o perigo que a investida do "Bolivian Syndicate" representava.

UMA TRADIÇÃO DE PATRIOTISMO

Nascido em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 1873, Plácido de Castro trazia a tradição do arrebato patriótico do seu pai, que se alistou como

voluntário na guerra do Paraguai, mesmo com o sacrifício de suas obrigações familiares. Por isso, aos 11 anos, ficou órfão.

Na proclamação da República, Plácido, que trabalhava como comerciante, alistou-se no 1o. Regimento de Artilharia de Campanha como 2o. cadete. Na época da chamada Revolução de 1893 era aluno da Escola Militar de Porto Alegre. Ao término do movimento, estava no posto de major, depois de distinguir-se em vários combates, como no Cerco de Bagé, no Caverá e na várzea do Vacacaí.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro empregou-se como inspetor de alunos do Colégio Militar. Em 1898 vai para as Docas de Santos e no ano seguinte, seduzido pela remuneração aos agrimensores no Amazonas, segue para lá, onde se associa a alguns engenheiros, para mais tarde trabalhar por conta própria.

No princípio, a nova vida foi marcada por um período de adaptação que quase lhe rouba a vida na região tão diferente de sua terra natal. Logo que começou a trabalhar, contraiu impudismo; numa demarcação, tomou água envenenada; sofreu vários naufrágios, ao deslocar-se pelos rios da região.

LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

A revolução acriana, que alcançara um certo entusiasmo em 1889, quando José Luiz Galvez Rodríguez Arias, um espanhol naturalizado, conseguira ajuda financeira do governo amazonense para proclamar a independência do território, no princípio do século, depois de alguns revezes, permanecia estática. Em 1902, foi oferecida a chefia da revolução a Plácido de Castro, que no dia 7 de agosto retoma os passos de Galvez, proclamando o Estado Independente do Acre.

A tarefa de formar um exército, dar-lhe estrutura disciplinar, profissional e logística, improvisar oficiais e soldados, só foi possível devido à tenacidade de Plácido de Castro. Todas as condições eram materialmente adversas. Foi preciso, para estabelecer comunicação entre as linhas e o deslocamento de um grande contingente de combatentes, abrir picadas em plena selva.

No primeiro combate, em Volta da Empresa, as tropas de Plácido sofreram grandes baixas. Nessa primeira experiência, ele pôde pesar as diferenças de um combate na selva, de que não falavam os manuais da Escola Militar.

A retirada das tropas acrianas só se deu quando se tornou impossível a resistência. Era necessário não deixar que o desânimo se abatesse sobre os soldados. Quando lhe perguntaram o que pretendia fazer em seguida, ele respondeu:

— Atacar o inimigo, na Empresa, dentro de 15 dias.

No dia 30 de setembro ele já estava pronto para contra-atacar o Coronel Rojas em suas posições fortificadas. Vários combates foram necessários para que os bolivianos reconhecessem a superioridade das forças acrianas. As tropas de Plácido travam os combates de "Telheiro", "Bom Destino", o "Segundo Combate de Volta da Empresa", "Santa Rosa", "Costa Rica" e "Porto Acre".

A 30 de janeiro de 1903 a ordem-dia de Plácido de Castro às suas tropas comunicava a vitória total sobre as forças bolivianas. Estava selada de fato a independência do Estado acriano.

DAS BATALHAS À LUTA POLÍTICA

A derrota nos campos de batalha não significou que a luta houvesse terminado. Começava agora a fase de implantação do Estado, das relações com o Brasil e dos problemas de ordem interna. Esse período pode ser delimitado como dos primeiros decretos de Plácido de Castro à assinatura do Tratado de Petrópolis.

Nos primeiros decretos do Estado Independente do Acre, destacam-se de imediato as medidas integracionistas em relação ao Brasil. O artigo 1o. do primeiro ato oficial, diz:

"A Justiça Civil, a Criminal e a Comercial do Estado Independente do Acre ficarão sujeitas às disposições dos códigos, leis, decretos etc., dos Estados Unidos do Brasil até que seja promulgada a sua Constituição".

O artigo 3o. assinala:

"Fica sendo a língua oficial o Português".

E o artigo 4o.:

"Fica sendo considerado como tipo monetário oficial do Estado Independente do Acre o mesmo dos Estados Unidos do Brasil, sendo o papel moeda desse país válido aqui".

A luta não teve o apoio oficial da União, mas apenas de alguns Estados. Mas a vitória foi presenteada ao Brasil, que para lá enviou uma tropa de ocupação sob o comando do General Olímpio da Silveira.

A ação do comandante militar no Acre não agradou a Plácido de Castro. Sem poder fazer uma oposição ativa, por serem os atos praticados em nome do Governo do seu país, ele retira-se da política, até a destituição do General Silveira, por ingerência do Barão do Rio Branco. Plácido volta, restabelece o exército e passa as atribuições políticas e governamentais ao Coronel Simplício da Costa.

Depois da assinatura do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas pelo Acre, cujo território já então era seu, Plácido volta para a Amazônia, onde, mesmo afastado da atividade política, não descansa: escreve relatórios, denunciando incompetências e desonestidades, indica e dá soluções, até que foi assassinado, em circunstâncias não totalmente esclarecidas, pelo subdelegado Alexandrino José da Silva e alguns capangas. Os mandantes nunca foram denunciados.

UMA COBIÇA DOCUMENTADA

A velha cobiça sobre a Amazônia e os reais oponentes dos colonizadores brasileiros no Acre foi documentada oficialmente em carta do Barão do Rio Branco ao Presidente da República, no dia 27 de dezembro de 1903, um mês depois da assinatura do Tratado de Petrópolis. O chanceler refere-se "ao Sindicato que se intrometera na questão" e diz:

— A organização estava armada de direitos quase soberanos que lhe haviam sido conferidos pelo governo da Bolívia para a administração, defesa e utilização do Acre.

O Barão do Rio Branco cita também "os interesses de algumas potências comerciais da Europa e dos Estados Unidos da América".

Os relatos do Barão e de Genesco de Castro, irmão de Plácido, deixam obscuras algumas questões. O chanceler dá entender que o real interessado nas negociações era o "Bolivian Syndicate" e não o governo boliviano. Genesco afirma que o Brasil comprou da Bolívia, ou seja, do "Sindicato", algo que de fato e de direito havia sido conquistado pelos brasileiros que colonizaram o Acre. Muitos podem supor que, na realidade, o Tratado de Petrópolis não passou de uma indenização que o Brasil pagou ao "Sindicato" por algo que já lhe pertencia.

O cinema nacional está moribundo ?

Na bagagem de Calmon está o filme **Capitão Bandeira contra o Dr. Moura Brasil**, uma das suas muitas realizações, além de ter sido assistente de Carlos Diegues. Paulo Gil especializou-se em curtas-metragens, como **Memórias do Cangaço**, e inclusive ganhou o primeiro prêmio do Festival Internacional de Filmes do Rio de Janeiro na sua categoria. Eis o que eles pensam:

JD — O que significa um cinema político?

Calmon — Todo filme é político, mesmo os que não compram esta barra. Na escolha do tema, na maneira de filmar, no comportamento dos personagens, até no próprio esquema de produção, acho que já vem uma definição política do realizador. Os filmes americanos são uma prova disto. Scarlet O'Hara, heroína de... **E o Vento Levou**, é racista. Os heróis de Frank Capra e John Ford trazem em si todos os valores da cultura capitalista norte-americana. E mais recentemente, o caszinho de **Love Story** vive sua tragédia particular de olhos fechados para os problemas de sua geração. Um filme pode se definir politicamente pela sua própria omissão (alienação).

Os anos 60 lançaram o conceito de cinema de autor, que implica uma responsabilidade do cineasta ao nível do romancista e do ensaísta. Claro que já havia autores antes, o que passou a acontecer foi que toda uma geração de cineastas assumiu a proposição de que cada um de seus filmes deveria ser uma reflexão sobre o mundo. O conceito moderno de cinema político é uma decorrência disto. No Brasil, o exemplo que nos é mais próximo é do cinema que se fez nos anos 60 sob o rótulo de Cinema Novo. Essa tendência tornou-se impraticável em nossos dias na medida em que a política deixou de ser um tema e passou a representar uma escolha existencial definitiva. As condições concretas que nos cercam impedem que hoje se façam filmes de crítica social ou de propostas políticas mais novas e radicais. Algumas experiências tardias nessa direção acabaram no hermetismo onde a alegoria substitui a visão objetiva da realidade, e onde a política passa a ser apenas um elemento de informação dramática, de escolha de enquadramento e do décor.

Acho que o cinema político não pode ser apenas uma atitude, mas que está ligado às escolhas conscientes que a pessoa faça no seu cotidiano. Em determinados momentos históricos, quando acontecimentos políticos tornam-se mais importantes do que qualquer individualismo, é natural que muitos abandonem outra perspectiva e escolham esta forma de expressão. Para mim, dentro do cinema brasileiro essa tendência encontra sua expressão máxima em Gláuber Rocha. E este, em entrevista recente em Roma, declara-se em greve profissional e artística. Diz ele que os esquemas tradicionais de produção e distribuição dos filmes, aliados à realidade sócio-política que cerca o autor, fazem com que este caia numa armadilha e acabe envolvido pelas coisas que pretende combater e denunciar. Para ele, deixar de fazer filmes nesse momento é fazer cinema político.

Paulo Gil — Cinema político é um cinema inviável sob as condições atuais de produção e de consumo. Faltam capitais dispostos aos riscos. E jamais atingiriam um público consumidor, formalmente, por impossibilidade de trânsito. Em que nível verdadeiramente se poderia produzir e veicular um filme político? É político com qual conotação política? Os filmes de esquerda só são veiculados quando ligados a um mercado produtor diretamente interessado, o que implica o domínio do mercado exibidor, logo seriam filmes do "Estabelecimento". No caso da União Soviética e Cuba, por exemplo, são produções governamentais, oficiais, na maioria dos casos bastante desinteressantes. Os filmes de direita, estes constituem a maioria da produção mundial e, como regra geral, não são discutidos, nem che-

CINEMA NACIONAL

Antônio Calmon e Paulo Gil Soares são dois jovens cineastas brasileiros, uns dos poucos que ainda se dedicam a essa atividade no Brasil, que na década de 60 parecia florescer com todo o arrebatamento. Muitos desistiram, outros entraram em recesso, à espera de melhores dias, e alguns ainda insistem, embora desperdiçados, conforme o depoimento dado ao JORNAL DE DEBATES.

gam a ser objeto de reparos porque nunca se apresentam como "filmes políticos", jamais abrem seu jogo, são sub-reptícios, subliminares, são etc. e tal. Eles existem então. Como chamá-lo de inviável? Porque eu estou colocando tudo sob um prisma autoral. Para um autor de filmes, é quase impossível um cinema político. Entretanto, respeito e espero sempre novos filmes de Joris Ivens.

JD — No atual cinema brasileiro existe uma orientação comum entre alguns filmes que justifiquem um movimento cultural, assim como o Cinema Novo, ou cada cineasta está desenvolvendo um trabalho independente e esparsos?

Calmon — Não estou ligado a nenhum movimento ou tendência. Não posso responder pelos outros, mas tenho a impressão de que existem apenas experiências independentes e esparsas. Existe uma grande dispersão (solidão) causada por mecanismos de controle social no momento muito atuantes. Isso faz com que uma certa competição, característica da forma de desenvolvimento capitalista, substitua os ideais comuns de ontem. É natural e é lamentável. A insistência com que ainda hoje se combate o extinto Cinema Novo me faz pensar que esse é um cadáver muito difícil de enterrar, embora já cheire mal. Talvez porque não haja nada que o substitua, talvez porque tenha representado a tendência mais generosa do cinema brasileiro.

Atualmente os filmes brasileiros estão cada vez mais bonitos e mais vazios. Minha orientação pessoal é a seguinte: continuo filmando. Faço filmes decadentes e não os que gostaria de filmar. Não posso fazer greve, tenho um problema de sobrevivência econômica e continuarei filmando até encontrar outra forma de subsistência. Ao mesmo tempo, não filmo com consciência culpada: o resultado seria apenas fazer maus filmes. E eu acredito que possa até fazer uns filmes legais.

Paulo Gil — Em verdade não existe nada em cinema brasileiro. Nada. Nem uma política de produção, nem um interesse em salvar o resto de mercado que ainda não foi perdido, não existe ideologia de cinema brasileiro, nem preocupação sindical, nem defesa de seus interesses, nada. Nada. Lamentavelmente, nada. O que o Cinema Novo (que o Gláuber matou num artigo no **Pasquim**, mas que já cheirava mal à distância antes da morte e do enterro) estabeleceu como política brasileira de cinema e luta pelos interesses nacionais (cinematográficos e culturais), isto morreu com o próprio fracasso empresarial do Cinema Novo. Na medida em que não se sedimentou, na medida em que não se desenvolveu como idéia aliada à indústria, que não se firmou como mercadoria, o Cinema Novo, ele mesmo, determinou os novos caminhos dos cineastas ligados ao movimento: "É tempo de murici, cada um cuide de si".

JD — Existe um cinema subdesenvolvido em termos de linguagem?

Calmon — Existe sim, na medida em que o cinema brasileiro, por exemplo, ainda é feito em condições artesanais. A linguagem estabelecida do cinema, isto é, do cinema americano, não pode ser copiada aqui pela simples falta de recursos. Apesar de todo esse papo de indústria cinematográfica brasileira, um filme de produção baratíssima para os Estados Unidos, como o último longa-metragem de Elia Kazan, filmado em 16mm e com equipe mínima, custou 170 mil dólares, ou seja, mais do que o dobro do orçamento de um filme brasileiro caro. E o Kazan acha baratíssimo porque pagou mais de 170 mil dólares pela participação de Faye Dunaway em seu outro filme, **The Arrangement**.

A falta de recursos materiais criou uma linguagem e fez do cinema brasileiro o mais importante dos anos 60. Quem não tem cão caça com gato. Quem não tem grua-filma com Dib Lufti. E inventa.

Paulo Gil — Obviamente, não. Existe indústria subdesenvolvida (a nossa, por exemplo). E muitas vezes a linguagem de filmes subdesenvolvidos tem servido de parâmetro para uma linguagem cinematográfica sofisticada.

JD — Você vê alguma importância num cinema marginal dentro do Brasil ou acha que o cinema brasileiro já é marginal em relação ao cinema mundial?

Calmon — O cinema brasileiro todo ele é marginalizado não só no exterior mas também em seu próprio mercado interno. A maioria da população brasileira está tão marginalizada que nem vai ao cinema. Quanto ao cinema marginal, acho ótimo que exista, resta saber que tipo de cinema marginal. Se mantiver as mesmas características do chamado cinema de autor, acho que enfrentará a mesma crise que acontece em todo o cinema mundial. Se procurar os canais tradicionais de exibição encontrará dificuldades de censura e não encontrará datas nos cinemas. Ou seja, se mudar de nome e maneira de filmar mas continuar o mesmo, vai quebrar a cara.

As análises mais recentes dos sistemas de poder propõem uma revisão radical de todos os valores da sociedade moderna e uma transformação global no próprio modo de vida das pessoas. Essa negação do status quo é tão nova que pressupõe formas inteiramente inéditas de expressão. Alguns filmes em super 8 propõem um novo cinema, um cinema realmente marginal. São propostas novas e radicais: abolição do mito do autor-argumentista-diretor (o filme é uma criação coletiva); abolição do ator (todos os integrantes do grupo filmam e são filmados indiferentemente); abolição do técnico (todos manejam a câmara); abolição do público tradicional (os filmes são projetados em sessões privadas onde cada grupo mostra seu trabalho e vê o dos outros). Sobra o quê? As próprias pessoas, sua maneira de sentir e de agir, o estilo de vida que está aí contido. A expressão não é mais individualista, é comunitária. É claro que, ao

recusar o público tradicional, uma experiência como esta parece excessivamente elitista e fechada. Mas em que medida um autor que tente falar a todos por hoje falar livremente?

Paulo Gil — Nenhuma. Tudo que vi de cinema **udigrudi** brasileiro é muito ruim. Ruim muitas vezes por falta de talento. Claro que o cinema brasileiro é o grande marginal do cinema mundial. Um cinema marginal aqui dentro só teria sentido se fosse levado às praças públicas, aos circuitos universitários, aos cineclubes, mas quando tivesse qualidade no que estivesse dizendo, marginal por marginalismo como se fez aqui, acho negativo. Acho que espanta o resto de assistentes que ainda se tem.

JD — O que tem significado para o cinema brasileiro a política do INC e da Embrafilme?

Calmon — Para o cinema brasileiro eu não sei, mas para mim a Embrafilme significa uma preocupação constante. Sou um de seus diversos devedores, recebo de vez em quando avisos de protesto do banco ao qual ela entregou a cobrança de meu financiamento. Quanto ao INC, que eu saiba, este não teria ainda nenhuma providência contra os cinemas que retiraram sumariamente meu filme de cartaz o ano passado, em plena segunda semana de exibição, substituindo-o por um filme estrangeiro.

Paulo Gil — Inicialmente temos que ver se o INC ou a Embrafilme têm uma política. Se têm, eu não sei. Deles o que sei é que distribuem automóveis, cassetes, liquidificadores, a quem se atreve a ver a produção ofensiva que estão levando nos cinemas. Trabalho mesmo em favor do cinema brasileiro, nunca vi. Tenho visto, envergonhado, é a permanente recusa dos festivais internacionais de receber os filmes que oficialmente o INC indica para esses certames. Tenho visto permanentemente um desinteresse enorme em resolver o problema da exibição dos filmes de curta-metragem — quando muito arrumam uma lei que protela o problema. Jamais ouvi ninguém do INC falar em proteger a indústria nacional, limitando a entrada do produto similar estrangeiro, única maneira de desenvolver a indústria interna. Do INC só sei coisas que não são boas para o cinema brasileiro. Veja a Embrafilme, por exemplo: veio para ajudar a produção nacional como uma espécie de banco de produção. Veja-se os filmes que foram por ela ajudados.

Agora, note uma coisa: você sabia que tem gente com projeto aprovado pela Embrafilme que está esperando financiamento há dois anos? Sabia que os orçamentos desses filmes já estão superados pelos novos preços do mercado? Mas a Embrafilme está com as burras estourando de dinheiro. Todo mês entra mais capital retido. Já não há onde botar tanto dinheiro, seu moço! E a indústria nacional, como é que vai? Eu respondo: vai muito mal. Se produzimos uns 104 filmes por aí, não sei, não sou de estatísticas e não tenho agora os dados, mas acho que produzimos isso no ano de 70, neste ano de 72 devemos ter produzido uns trinta, talvez menos. Então, a que era a quarta produção mundial baixa para quase nada. A praia está cheia de técnicos sem trabalho. O Beco dos Afritos (local dos sem trabalho, gente de cinema, na Cinelândia) está cheio de gente limpando o mármore dos edifícios com o fundo das calças. Os laboratórios estão ociosos. Isso é a política cinematográfica do INC e da Embrafilme? Então é isso aí.

Transferida a sede da União para Brasília, perguntou-se ao povo da antiga capital da República — por meio de um plebiscito — se a área do antigo Distrito Federal deveria voltar a fazer parte do território do Rio de Janeiro ou se deveria criar-se um novo Estado. A resposta, manipulada pela velha e corrupta máquina eleitoral, foi de um irrealismo a toda prova. Ninguém, ao votar naquela ocasião, o fez à luz dos elementos que tinham de contar em decisão tão grave. Nem mesmo os que se manifestaram pela fusão se basearam em dados sobre o Produto Interno Bruto das duas unidades políticas, a participação de ambas na renda nacional e as determinantes geoeconômicas.

Não demorou muito, fizeram-se sentir as conseqüências de uma posição tomada de afogadilho. Começou-se a falar, em termos crescentemente alarmantes, sobre o esvaziamento econômico da Guanabara e só então — depois da casa árrombada — foi que se passou a pensar na tranca de ferro: os estudos que deveriam ter sido feitos para orientar a consulta popular. Naturalmente, a máquina política — para a qual a fusão é um salto no escuro — manobra para que o problema não saia do terreno da discussão. E, interminavelmente, não se tem feito outra coisa senão discutir, com a imprensa ora anunciando, ora desmentindo, a existência de planos para acabar com a esdrúxula figura de uma Cidade-Estado na vastidão continental do País.

Um pouco tardiamente, e sem a agressividade exigida — quase como se apenas estivesse chorando pelo leite derramado — a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara tomou a si a tarefa de colocar economicamente o problema. Pisando em ovos — talvez para não levar as coisas até um ponto em que os próprios negócios ficariam desacreditados — afirma um documento da associação patronal que a Guanabara não está propriamente se esvaziando. O seu ritmo de crescimento é que estaria diminuindo — o que, no longo prazo, conduz à mesma venda do esgotamento.

Entre 1947 e 1967, o Produto Interno Bruto da Guanabara cresceu de 2,4% ao ano, mas a população aumentou — também anualmente — de 3,1%. A conclusão, assim, é a de que o per capita carioca diminuiu de 20%. Foram responsáveis por essa queda as atividades terciárias, que constituem justamente o forte da economia do Estado. Não progrediram mais do que 2% em cada exercício, enquanto a produção industrial apresentava um acréscimo de 170%, ao encerrar-se o período. Da mesma forma, vem caindo a participação da antiga Capital Federal no total nacional de serviços: 22,5% em 1939 e 17,6% em 1965.

A Guanabara foi perdendo a posição de maior centro prestador de serviços do País, por efeito do desenvolvimento industrial brasileiro. Produtos importados, que entravam pelo seu porto, passaram a ser fabricados aqui dentro, fazendo com que se reduzisse substancialmente a grande área do comércio colateral. A expansão do sistema rodoviário, provocando a independência de mercados até então dentro da esfera de influência carioca, concorreu também para que se modificassem as premissas do desenvolvimento econômico da Cidade-Estado.

Naturalmente, não vamos concluir que o desenvolvimento nacional é o vilão do drama do esvaziamento econômico da Guanabara. Podemos até afirmar

Só os interesses partidários são contra a fusão GB-Estado do Rio

que o problema foi criado, em grande parte, pelo fato de se insistir em que funcionasse como Estado — uma cidade cuja riqueza se devia, quase exclusivamente, a uma "qualidade" que lhe retiraram: a de ser a sede do governo da União. Não houve o cuidado de compensá-la com uma retaguarda pela perda do seu lugar político à frente de todo o sistema nacional.

A estagnação do setor terciário carioca ocorreu, principalmente, porque — com a montagem de um Estado na área de uma cidade — não existiam alternativas para uma expansão econômica em todos os níveis. Perdendo a sua condição de centro político da nação, deixou de ser um pólo de atração e irradiação. Essa função de atrair e irradiar foi que deu à Guanabara — quando ainda era Distrito Federal — a fórmula de enriquecimento cujo esvaziamento está agora alarmado.

Já está desfeito o sonho de basear nas atividades terciárias o desenvolvimento econômico da Guanabara. Mas não são encorajadores, também, os dados sobre o crescimento industrial do Estado. Até 1958, é bastante expressiva a expansão nesse setor, cujos índices são superiores aos do progresso médio nacional. Nesse momento — que já é, também, o da "certeza" de transferência da Capital da República — inverte-se a tendência. Cinco anos depois da inauguração de Brasília, o ritmo do aumento da produção carioca de manufaturas cai de 4% com relação a 1959.

O exemplo de São Paulo pode explicar melhor o debilitamento industrial da Guanabara. Durante muitos anos, a capital bandeirante foi uma espécie de centro plutocrático da economia do café. A sua luz, como a dos planetas, era emprestada pelo sol que brilhava no interior. Com a industrialização, invertem-se as posições. Mas, não estando a metrópole paulistaacionada politicamente do resto da sua região geoeconômica, o seu desenvolvimento se fez como fator, e, ao mesmo tempo, em função da elevação do nível de atividades na retaguarda.

Essas duas condições básicas para a localização industrial — financiamento fácil e áreas não sujeitas à especulação — só podem ser produzidas, no espaço geoeconômico ocupado pela Guanabara e o Rio de Janeiro, por meio da fusão dos dois Estados. O primeiro é o maior centro financeiro do País, enquanto são bárratas as terras do segundo.

A SIMBIOSE

As resistências à fusão são grandes e várias. A maior delas, no entanto, é de ordem político-eleitoral. E, nessa canoa, estão as forças partidárias dos dois Estados. A oposição, que detém o governo da Guanabara, teme que — com a incorporação do colégio fluminense — se desequilibre a balança do seu poder. Da sua parte, o situacionismo no Rio de Janeiro receia que o peso do voto carioca — conjugado às aberturas para o desenvolvimento industrial — liquide com os "currais" e o sufrágio-de-cabresto sobre os quais assenta o seu domínio.

Colocando-se acima dos "mequinhos interesses partidários", a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara entende que a fusão é justificável politicamente, pois dará ao novo Estado maior capacidade para pressionar no sentido de obter maior atenção federal para os problemas da área. Além disso, como o provam levantamentos e análises, os grandes desafios econômicos — a que nenhuma das duas províncias, por si só, poderá dar resposta — serão racionalmente enfrentados. Não se terá de contornar mais obstáculos por impossibilidade de transpô-los.

Num detalhe administrativo, porém, é que parece residir a maior fonte de dificuldades à fusão. Os vencimentos do funcionalismo público do Estado do Rio — mais baixos do que os da Guanabara — teriam de ser nivelados por cima. E isso oneraria espantosamente o orçamento da nova unidade federativa. A Federação das Indústrias do Estado da Guanabara propõe um "ajustamento gradual", mas essa situação poderá levar à conclusão judicial de que — mesmo transitoriamente — uma inconstitucionalidade é uma inconstitucionalidade.

Nesta altura dos acontecimentos, a fusão — diante da qual não podemos continuar enterrando a cabeça na areia — só pode ser promovida por uma decisão do presidente da República ou do Congresso Nacional. Um novo plebiscito, envolvendo os eleitores dos dois Estados, resultará na manutenção do status quo. Isto é, venceria o ponto-de-vista das máquinas partidárias. Ora, se a integração da Guanabara e do Rio de Janeiro se fizer — como não poderá de deixar de ser — por via de uma medida federal, executiva ou legislativa, caberá à União ajudar a nova unidade federativa a dar os primeiros passos. E não se estaria inovando, pois a fundação do Amazonas, do Paraná e do Acre foi subvencionada pelo Governo Central.

Em linguagem de campanha popular, dizem os fusionistas que "o coração não pulsa fora do corpo, nem o corpo se ergue sem coração". Contestam os opositores lembrando que ainda não foi resolvido o problema da rejeição nas operações de transplante. O caso, no entanto, é que não se trata da substituição de um órgão por outro e, sim, de simbiose: um fenômeno que ocorre vezes seguidas na natureza quando — mesmo dessemelhantes — dois organismos se juntam para benefício mútuo.

A SOLUÇÃO

A Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro são partes de uma mesma área geoeconômica. Se uma fronteira político-administrativa — mais artificial do que artificial — não quebrassem a unidade dessa "província natural", nem estaríamos falando hoje em esvaziamento do antigo Distrito Federal, nem — do lado fluminense — haveria tantas cabeças de burro enterradas. Se a continuidade desse espaço não tivesse sido solucionada por uma decisão que consultou unicamente os interesses eleitorais de campanha, o município de Duque de Caxias, por exemplo — com melhores condições do que Santa Cruz e Jacarepaguá para se tornar um pólo industrial — não estaria com a sua importância estratégica reduzida à de um simples "dormitório" carioca. (A Petrobrás, que pode tomar decisões por cima das fronteiras estaduais, instalou lá uma das suas principais refinarias e o seu primeiro complexo petroquímico).

Não fosse pelo fato de a barreira político-administrativa haver tornado esdrúxula a continuidade urbana do Grande Rio, a grande e tristemente famosa cidade fluminense seria, hoje, um dos mais destacados marcos — em todo o Brasil — da interiorização das atividades fabris superiores. Ao mesmo tempo, teria deflagrado um processo de distensão econômica que libertaria a Guanabara da fatalidade de ter a paisagem como o principal e quase único produto.

Circunscrita ao exíguo território de uma Cidade-Estado — cujos problemas de governo são eminentemente urbanísticos — a indústria carioca, sem infraestrutura para expandir-se por meio da intensificação das atividades, começou a bater asas para o lado fluminense e, na maioria, para São Paulo. (Até uma das seções industriais da Casa da Moeda esteve a pique de ser transferida para um município paulista). Na área bandeirante, existem as facilidades de financiamento que faltam ao Rio de Janeiro e zonas livres da especulação imobiliária — que é o maior vilão do drama da Guanabara.

JORNAL DE DEBATES

DIRETORES
Líneira Tejo
Nelson Brito
SUPERINTENDENTES
Genilson Gonzaga (GB)
Milton S. Passos (SP)

EDITORES
Vinícius Seixas (RIO)
Adalberto Paranhos (SP)
Euro Amante (MG)
SECRETÁRIO
Antônio Araújo

ARTE
Guima
Aimorajá Xavier
ILUSTRAÇÕES
Elber Duarte
Ragner

Redação e Administração: Rua Senador Dantas, 117, conj. 2124, tel. 232-9908 (rede interna), Rio-GB © São Paulo: Av. São João, 239, grupos 1 e 2, 7o. andar, tel. 36-2196 © Belo Horizonte: Rua Desembargador Drummond, 111, tel. 26-0669 © Correspondentes em Bonn, Roma, Paris e Nova York © Composto e impresso (eletronicamente) na Gráfica Editora Jornal do Comércio, o Jornal de Debates — propriedade da Editora Tejo Ltda. — é distribuído para todo o Brasil pela Abril S/A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Lapa, SP. Exemplares atrasados a Cr\$ 2,50